



Escola Profissional de Trancoso

A Formar Profissionais desde 1989

Av. Rainha Santa Isabel | 6420-077 Trancoso | NIF: 504593447
Tel: 271829133/130 | Fax: 271829138 | email: info@ept.pt | www.ept.pt

Projeto Educativo 2020.2023



Índice

Introdução	2
I – Caracterização da Escola	5
1. Enquadramento Geográfico.....	5
2. Breve retrospectiva histórica da Escola.....	6
3. Legislação e Estatutos da escola	8
4. População escolar	11
4.1 Pessoal Docente	11
4.2 Pessoal Não Docente	11
4.3 População discente	12
4.4 Evolução dos indicadores de sucesso escolar 2016/2017 a 2018/2019	14
5. Espaços Físicos.....	15
5. Organização Escolar.....	16
6. Oferta formativa	17
7. Parcerias	18
II - A Escola que queremos ser	23
1. Análise SWOT.....	23
2. Missão, Visão e Valores	24
3. Sistema de garantia da qualidade.....	25
3.1 Enquadramento da Escola com o EQAVET	25
3.2 Política de Qualidade	25
3.3 Objetivos gerais e específicos	27
4. Objetivos estratégicos	28
5. Metas de aprendizagens.....	33
6. Caracterização do Sistema de Gestão de Qualidade	34
7. Responsabilidade no âmbito da garantia da qualidade.....	36
8. Stakeholders relevantes para a instituição	38
8.1 Internos e externos	38
8.2 Stakeholders Chave	39
9. Metodologia	41
9.1 Planeamento: objetivos gerais.....	41
9.2 As fases do Sistema de Garantia da Qualidade.....	43
10. Análise de resultados e plano de melhorias	50
11. Estratégia de comunicação	52
12. Conclusão	53
13. Disposições gerais.....	54

Introdução

“Uma escola é uma oficina cultural, onde se alcança o passado, se conquistam ferramentas para compreender o presente, se sente a humanidade dos seres que desabrocham no quotidiano e onde se respira o futuro, um mundo que se quer sempre melhor e uma comunidade local onde predomine a busca do bem comum, com o contributo de cada um dos alunos e de cada um dos professores”.
(Joaquim de Azevedo)

Os desafios que se colocam à Escola do século XXI, enquanto epicentro da formação de base dos jovens e da aprendizagem ao longo da vida, exigem a adoção de posturas educativas dinâmicas e inovadoras, que conduzam a formas de atuação mais ativas, diversas e eficazes, adequadas ao contexto da comunidade em que se desenvolvem e à especificidade do seu público.

A conceção do projeto educativo tem acompanhado a progressiva evolução e consolidação da autonomia, gestão e administração das escolas.

O Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro, define o princípio de que *“A autonomia da escola concretiza-se na elaboração de um projeto educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro de princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e de adequação a características e recursos da escola e à solicitação e apoios da comunidade em que se insere”.*

O despacho n.º 113/ME/93, de 23 de junho, define que *“o projeto educativo da escola é um instrumento aglutinador e orientador da ação educativa que esclarece as finalidades e funções da escola, inventaria os problemas e os modos possíveis da sua resolução, pensa os recursos disponíveis e aqueles que podem ser mobilizados. Resultante de uma dinâmica participativa e integrativa, o projeto educativo permeia a educação enquanto processo racional e local e procura mobilizar todos os elementos da comunidade educativa, assumindo-se como o rosto visível da especificidade e autonomia da organização escolar”.*

De acordo com o Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, que república o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, no seu artigo 9.º, número 1, alínea a), entende-se o Projeto Educativo como *“ o documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa.”*

Para Jorge Costa (1991), o projeto educativo é um *“Documento pedagógico que, elaborado com a participação da comunidade educativa, estabelece a identidade própria de cada escola através da adequação do quadro legal em vigor à sua situação concreta, apresenta o modelo geral de*

organização e os objetivos pretendidos pela instituição e, enquanto instrumento de gestão, é ponto de referência orientador na coerência e unidade da ação educativa.”

Mais recentemente, Rui Azevedo (coord.), na obra *Projetos Educativos: Elaboração, Monitorização e Avaliação* (2011) refere que “cada escola desenvolve a sua própria cultura, resultado das complexas relações que se estabelecem entre as diferentes componentes pessoais, sociais e institucionais que intervêm no processo educativo”. Posto isto, para o autor, “em síntese, parece ser claro que o projeto educativo representa, genericamente, um verdadeiro plano estratégico para a escola e que, nesse sentido, constitui não só um quadro de operacionalização de um projeto de gestão no âmbito da autonomia, mas também o documento que consagra a sua orientação educativa.”

Também o Decreto-Lei 92/2014, de 20 de junho, que estabelece o regime jurídico das escolas profissionais privadas e públicas, no âmbito do ensino não superior, regulando a sua criação, organização e funcionamento, bem como a tutela e fiscalização do Estado sobre as mesmas, atribui uma centralidade inegável ao projeto educativo, enquanto instrumento basilar de toda a atividade pedagógica e das relações entre os estabelecimentos escolares e os vários parceiros sociais.

Ademais, torna-se incontornável, ainda, lançar um olhar atento aos diplomas que estabelecem (1) o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens (Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho) – particularmente no que concerne aos princípios orientadores da autonomia e flexibilidade curriculares, das obrigações perante a componente da cidadania e da persecução na aquisição de competências definidas pelo perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória –, e (2) o regime jurídico da educação inclusiva (Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho) – que consagra os princípios da educabilidade universal e que visa responder à diversidade de necessidades dos alunos, através do aumento da participação de todos na aprendizagem e na vida da comunidade escolar. Trata-se de dois diplomas cujo reflexo deve ser evidente em qualquer projeto educativo.

Por fim, importa reforçar que este documento tem como suporte e instrumento organizacional, funcional e relacional, em termos de metodologias, estratégias, metas e resultados, o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissionais - EQAVET, consagrado pela Recomendação de 18 de junho de 2009 do Parlamento Europeu e do Conselho de Ministros da União Europeia.

Por sua vez, os princípios, as políticas e as boas práticas do Sistema de Gestão da Qualidade, enquadrados na Norma ISO9001, estão sempre subjacentes neste projeto e na vida da Escola. O EQAVET tem em vista potenciar o Ensino e Formação Profissional (EFP), no espaço europeu, disponibilizando às autoridades, escolas e demais agentes de formação ferramentas comuns para a gestão da qualidade, promovendo a confiança mútua entre todos os intervenientes e parceiros

internos e externos, assim como facilitar a mobilidade de trabalhadores e de formandos e assegurar aprendizagem ao longo da vida.

O processo de certificação da qualidade permite, assim, documentar, desenvolver, monitorizar, avaliar e melhorar a eficiência da oferta de EFP e a qualidade das práticas de gestão, num processo que implica processos de monitorização regulares, envolvendo mecanismos de avaliação interna e externa, bem como relatórios de progresso, estabelecendo critérios de qualidade e descritores indicativos que sustentam a monitorização e a produção de relatórios por parte dos sistemas e dos operadores de EFP.

Nesta conformidade, adotamos, neste projeto educativo, este referencial de garantia da qualidade, que permite:

1. Planear – definir metas e objetivos apropriados e mensuráveis;
2. Implementar – estabelecer procedimentos que assegurem o cumprimento das metas e objetivos definidos;
3. Avaliar – desenvolver mecanismos de recolha e tratamento de dados que sustentem uma avaliação fundamentada dos resultados esperados;
4. Rever/Ajustar – desenvolver procedimentos para atingir os resultados ainda não alcançados e/ou estabelecer novos objetivos em função das evidências geradas, por forma a garantir a introdução das melhorias necessárias.

Partindo desta fundamentação, o presente documento, orientador da ação estratégica da EPT para o período de 2020/2023, foi elaborado a partir da identificação dos pontos fortes, das áreas de melhoria, dos constrangimentos e das oportunidades para o horizonte temporal definido, tendo como base a opinião dos vários intervenientes no processo formativo e educativo da escola. A partir daí, definiram-se as linhas estratégicas e as metas a atingir que orientarão a ação educativa da nossa comunidade escolar.

O projeto educativo é um documento orientador que será complementado pelo Regulamento Interno e pelos Planos Anuais de Atividades, documentos mais operacionais.

É nosso objetivo que toda a comunidade educativa se reveja nas orientações educativas presentes neste documento, que será alvo de avaliações anuais com o propósito de poder ser reajustado.

I – Caracterização da Escola

1. Enquadramento Geográfico

O concelho de Trancoso situa-se numa área planáltica com altitudes que vão desde os 450m a Sul e os 950m na Serra do Pisco, estando a sede do concelho a cerca de 900m acima do nível do mar. Situado nas cabeceiras das bacias hidrográficas do Douro, a Norte, e do Mondego, a Sul, sendo atravessado por diversos cursos de água, como o Távora que tem a sua nascente em Trancoso, ou a Ribeira da Teja, que deu origem à Barragem da Teja, uma das mais importantes reservas de água da região.

Trancoso tem 21 freguesias e 72 povoações. A área total do concelho é de 364,5km² e a sua população residente ronda os 10.000 habitantes.

A cidade de Trancoso situa-se na antiga província da Beira Alta, num planalto de cota média integrado no distrito da Guarda, a uns 35 km a noroeste dessa cidade. Está também relativamente perto de uma das mais importantes fronteiras terrestres, portuguesas, a de Vilar Formoso, que fica a cerca de 70 km. O concelho de Trancoso faz fronteira a nascente com o concelho de Pinhel, a sul com o de Celorico da Beira, a norte com o da Mêda, a noroeste com o de Penedono e Sernancelhe, a sudoeste com o de Fornos de Algodres e a poente com o de Aguiar da Beira. Está inserido na CIM Beiras e Serra da Estrela, confinando com as CIMs de Viseu Dão-Lafões e do Douro.

A cidade é servida por estradas de relativa importância como a E.N 226, o IP2 que liga a Trás-os-Montes e Alto Douro, a E.N 102 e a sul com a proximidade de um nó à A25, a 20km. Trancoso tem nas proximidades duas estações ferroviárias, sendo uma integrante do concelho, a estação de Vila Franca das Naves, a 15 km, e a estação de Celorico da Beira, a 16 km. Em ambas efetua paragem o comboio rápido intercity.

Diariamente circulam pelo concelho alguns transportes públicos, nomeadamente autocarros que ligam Trancoso a várias localidades, pese embora se trate de uma rede bastante rudimentar.

2. Breve retrospectiva histórica da Escola

No prosseguimento das tendências da política educativa portuguesa do início dos anos 80, e tendo em conta a existência de recursos provenientes dos fundos comunitários estruturais para a formação profissional, foram criadas, em 1989, as Escolas Profissionais.

Através de uma oferta educativa alargada, tentou relançar-se o Ensino Técnico-Profissional em Portugal, nas Escolas Profissionais. A este propósito, Azevedo (1991) refere:

“Perante uma pátria em crise cidadãos, com a ambição dos largos horizontes, executam um plano de emergência para o ensino técnico», plano este erguido em pouco mais de dois meses. Face a (i) um país que necessita de trabalhadores competentes e de mão-de-obra qualificada para fazer uma reconversão económica, em vésperas da adesão à Comunidade Europeia, (ii) face a um país onde a maioria da juventude não tem saídas para a vida activa, vendo fechadas as portas do emprego e ainda (iii) face a um país em que há máquinas paradas nas oficinas das escolas e professores especializados impossibilitados de ensinar», perante esta «situação inadmissível em que se perpetuam estudos, debates e propostas em termos bizantinos, a resposta aí está, pronta e inequívoca”.

A Escola Profissional de Trancoso foi criada em 1989 e assentava em três entidades: Câmara Municipal de Trancoso, Associação Comercial e Industrial do concelho de Trancoso e o Centro de Formação e Desenvolvimento de Fiães. Formar jovens para a vida ativa, dotando-os de competências técnicas no plano profissional, seria a receita para o desenvolvimento integrado da região, carenciada de recursos humanos qualificados.

A escola foi inaugurada a 8 de dezembro de 1989 pelo então Secretário de Estado da Educação, Dr. Alarcão Troni, sendo Ministro da Educação o Eng.º Roberto Carneiro.

A escola começou por funcionar no edifício do Palácio Ducal, no centro histórico de Trancoso. Posteriormente alargou as suas instalações para mais três espaços pedagógicos – Centro de Fiães e Zona Industrial. Com 89 alunos distribuídos por três cursos – Técnico de Contabilidade, Técnico de Gestão Agrícola e Técnico de Mecânica/Frio e Climatização – começou o projeto formativo da EPT, que veio influenciar os destinos de muitos jovens.

Apesar de alguma resistência inicial, a EPT foi capaz de credibilizar esta modalidade de ensino através da construção de um projeto educativo criativo e dinâmico, envolvendo toda a comunidade escolar em interação com a comunidade local e empresarial. Rapidamente a escola se transformou num motor de desenvolvimento local e regional, preparando os jovens para a vida ativa.

Hoje a instituição possui um edifício projetado de raiz, situado junto às portas do Centro Histórico de Trancoso, contíguo às muralhas, que só foi possível de ser concretizado devido ao empenho da

Autarquia e do apoio financeiro do PRODEP. As modernas instalações possibilitaram uma melhoria significativa da qualidade de ensino, vindo fazer face às atuais exigências educativas.

Com o modelo jurídico das Escolas Profissionais, por determinação do Decreto-Lei 4/98 de 8 de janeiro, as entidades promotoras da Escola Profissional de Trancoso transformaram-se juridicamente em entidades proprietárias. Assim, a entidade proprietária da escola, constituída pela Câmara Municipal de Trancoso, AENEBeira - Associação Empresarial do Nordeste da Beira e ENCANTA - Restauração e Serviços de Trancoso, é hoje a Associação Promotora do Ensino Profissional da Beira Transmontana – Escola Profissional de Trancoso.

Atualmente, é o Decreto-Lei n.º 92/2014 de 20 de junho que estabelece o regime jurídico das escolas profissionais privadas e públicas no âmbito do ensino não superior, regulando a sua criação, organização e funcionamento, bem como a tutela e fiscalização do Estado sobre as mesmas.

A EPT possui um corpo docente coeso, com experiência profissional e que é profissionalizado e/ou possuidor de CCP (Certificado de Competências Pedagógicas).

Esta instituição de formação tem vindo a lecionar os cursos B3 EFA, cursos de Nível III e, presentemente, nível IV EU. A instituição já teve em funcionamento o Centro Novas Oportunidades (CNO), que visava o reconhecimento e validação de competências e conferia certificação para o 4º, 6º, 9º e 12º anos.

A EPT tem trabalhado, desde a sua criação, de mãos dadas com a comunidade onde se insere, de modo a encontrar as melhores respostas educativas para os jovens e adultos que a procuram. No ano em que entra na sua quarta década de funcionamento, a EPT orgulha-se dos resultados e indicadores alcançados num passado recente e continua a perseguir os seus objetivos pedagógicos e sociais com ambição e profissionalismo.

3. Legislação e Estatutos da escola

A escola rege-se pela legislação nacional e europeia aplicável a instituições desta natureza, tanto ao nível da legislação pedagógica, como de outra natureza, tal como a que se refere a códigos laborais, à proteção de dados no âmbito do espaço europeu, ou à aplicável às operações financeiras, como a que é definida pelo Código de Contratos Públicos.

Para além de se reger pela legislação vigente, a instituição possui estatutos próprios, elaborados nos termos do n.º 2 do Artigo 64º do Código do Notariado que regulamentam o seu funcionamento e definem toda a sua orgânica.

Legislação	Sumário
(Legislação por ordem cronológica)	
Lei n.º 46/86, de 14 de outubro	Lei de Bases do Sistema Educativo, alterada pelas Leis n.º 115/97, de 19 de setembro, 49/2005, de 30 de agosto, e 85/2009, de 27 de agosto.
Decreto-Lei n.º 4/98, de 8 de janeiro	Estabelece o regime de criação, organização e funcionamento de escolas e cursos profissionais no âmbito do ensino não superior.
Decreto-Lei n.º 54/2006, de 15 de março	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 4/98 de 8 de janeiro, que estabelece o regime de criação, organização e funcionamento das escolas e cursos profissionais no âmbito do ensino não superior.
Despacho Normativo n.º 36/2007, de 10 de agosto	Regulamenta o processo de reorientação do percurso formativo dos alunos, através dos regimes de permeabilidade e equivalência entre disciplinas.
Despacho normativo n.º 29/2008, de 5 de junho	Altera o despacho normativo n.º 36/2007, de 8 de outubro, o qual regulamenta o processo de reorientação do percurso formativo dos alunos do ensino secundário.
Decreto-lei n.º 139/2012, de 5 de julho	Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário.
Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto	Regula o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e dos jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos e estabelece medidas que devem ser adotadas no âmbito dos percursos escolares dos alunos para prevenir o insucesso e o abandono escolares.

Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de julho	Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básicos e secundário
Decreto-Lei n.º 150/2012, de 12 de julho	Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 4/98, de 8 de janeiro, que estabelece o regime de criação, organização e funcionamento de escolas e cursos profissionais no âmbito do ensino não superior.
Portaria n.º 216-A/2012, de 7 de agosto	Segunda alteração à Portaria n.º 49/2007, de 8 de janeiro, que define as regras a que deve obedecer o financiamento público dos cursos profissionais de nível secundário.
Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro	Aprova o estatuto do aluno e ética escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos Ensinos Básico e Secundário e o compromisso dos pais e encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação.
Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo dos ensinos básico e secundário.
Portaria n.º 74-A/2013, de 15 de fevereiro	Estabelece as normas de organização, funcionamento, avaliação e certificação dos cursos profissionais ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo, que ofereçam o nível secundário de educação, e em escolas profissionais.
Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho	Estabelece o regime jurídico das escolas profissionais privadas e públicas, no âmbito do ensino não superior, regulando a sua criação, organização e funcionamento, bem como a tutela e fiscalização do Estado sobre as mesmas.
Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro	No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 42/2014, de 11 de julho, aprova o novo Código do Procedimento Administrativo.
Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março	Adota o Regulamento que Estabelece Normas Comuns sobre o Fundo Social Europeu.
Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março	Adota o Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano.
Portaria n.º 59-C/2014, de 7 de março	Procede à primeira alteração da Portaria n.º 74-A/2013, de 15 de fevereiro.

Portaria n.º 165-B/2015, de 3 de junho	Segunda alteração à Portaria n.º 74-A/2013, de 15 de fevereiro.
Despacho n.º 9666/2015, de 25 de agosto	Altera o Regulamento Específico da Tipologia de Intervenção n.º 1.2 "Cursos Profissionais", do Eixo 1 "Qualificação Inicial" do POPH, publicado em anexo ao Despacho n.º 18224/2008, de 8 de julho.
Despacho Normativo n.º 10-A/2018, de 19 de junho	Estabelece o regime de constituição de grupos e turmas e o período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino no âmbito da escolaridade obrigatória, com as alterações constantes do Despacho Normativo n.º 16/2019, de 4 de junho.
Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho	Homologa o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro	Aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo.
Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho	Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva.
Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho	Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens.
Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto	Procede à regulamentação dos cursos profissionais a que se referem as alíneas a) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, na sua redação atual, e b) do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.
Despacho n.º 5754-A/2019, de 18 de junho	Determina a aprovação dos calendários, para o ano letivo de 2019-2020, dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, dos estabelecimentos particulares de ensino especial, bem como o calendário de provas e exames dos ensinos básico e secundário
Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto	Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

4. População escolar

Os dados relativos à caracterização da comunidade escolar em 2019/20 são os que constam na base de dados da EPT, dbGEP - Gestão Integrada de Escolas e reportam-se a 28 de fevereiro de 2020.

4.1 Pessoal Docente

4.1.1 População docente por vínculo

	2016/2017		2017/2018		2018/2019		2019/2020	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Quadro de Escola	11	46	11	39	11	33	11	39
Contrato a termo	1	4	1	4	4	12	5	18
Prestadores de serviço	12	50	16	57	18	55	12	43
Total	24	--	28	--	33	--	28	--

4.1.2 População docente, do quadro de escola, por idade e tempo de serviço

Idade/Antiguidade	Até 5 anos	Entre 6 e 9 anos	Entre 10 e 19 anos	Entre 20 e 29 anos	30 ou mais anos	Total
Menos de 30 anos	0	0	0	0	0	0
Entre 30 e 40 anos	0	0	0	0	0	0
Entre 40 e 50 anos	0	0	3	1	0	4
Entre 50 e 60 anos	0	0	0	7	0	7
Mais de 60 anos	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	2	9	0	11

4.2 Pessoal Não Docente

4.2.1 Pessoal Não Docente por vínculo

Categoria	Contrato sem Termo	Contrato a Termo Certo	Total
Chefe dos Serviços Administrativos	1	0	1
Assistente Técnico	5	0	5
Assistente Operacional	9	0	9
Técnico Superior	2	0	2
Total	17	0	17

4.2.2 Pessoal Não Docente por idade e tempo de serviço

Idade/Antiguidade	Até 5 anos	Entre 6 e 9 anos	Entre 10 e 19 anos	Entre 20 e 29 anos	30 ou mais anos	Total
Menos de 30 anos	0	0	0	0	0	0
Entre 30 e 40 anos	0	0	0	0	0	0
Entre 40 e 50 anos	3	0	1	4	0	8
Entre 50 e 60 anos	1	0	0	6	0	7
Mais de 60 anos	1	0	0	1	0	2
Total	5	0	1	11	0	17

4.3 População discente

4.3.1 Evolução do número de alunos por ano (2016/2017 e 2019/2020)

Ano	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020
1º	90	93	95	107
2º	63	83	88	87
3º	73	60	79	79
Total	226	236	262	273

4.3.2 Concelho de Residência (2019/2020)

Concelho de Residência	N.º alunos			
	1º ano	2º ano	3º ano	Total
Aguiar da Beira	4	4	4	12
Alfândega da Fé	0	2	0	2
Celorico da Beira	9	7	6	22
Fornos de Algodres	3	1	7	11
Freixo de Espada À Cinta	0	1	0	1
Guarda	2	1	2	5
Lamego	0	0	1	1
Mangualde	1	0	0	1
Mêda	15	8	1	24
Miranda do Douro	0	1	0	1
Mirandela	0	0	2	2
Mogadouro	0	0	2	2
Moimenta da Beira	7	4	0	11
Odivelas	1	0	0	1
Oliveira do Hospital	1	0	0	1

Penalva do Castelo	0	1	0	1
Penedono	6	4	8	18
Peso da Régua	4	0	0	4
Pinhel	6	8	4	18
São João da Pesqueira	6	4	8	18
Sernancelhe	7	11	5	23
Tabuaço	2	2	2	6
Tarouca	1	0	0	1
Torre de Moncorvo	1	2	0	3
Trancoso	24	23	20	67
Vila Flor	2	0	2	4
Vila Nova de Foz Côa	5	3	5	13
Total	107	87	79	273

4.3.3 Distribuição por género (2019/2020)

Ano	Curso	M	F	Total
1º	Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Publicidade	3	11	14
1º	Comercial	1	7	8
1º	Gestão de Equipamentos Informáticos	13	0	13
1º	Instalador de Sistemas Solares Fotovoltaicos	20	0	20
1º	Manutenção Industrial/Mecatrónica Automóvel (a)	22	0	22
1º	Manutenção Industrial/Mecatrónica Automóvel (b)	22	0	22
1º	Animador Sociocultural	1	7	8
2º	Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Publicidade	1	9	10
2º	Comercial	3	6	9
2º	Instalador de Sistemas Solares Fotovoltaicos	11	0	11
2º	Gestão de Equipamentos Informáticos	10	0	10
2º	Manutenção Industrial/Mecatrónica Automóvel (a)	23	0	23
2º	Manutenção Industrial/Mecatrónica Automóvel (b)	17	0	17
2º	Animador Sociocultural	0	7	7
3º	Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Publicidade	1	11	12
3º	Comercial	3	9	12
3º	Gestão de Equipamentos Informáticos	12	1	13
3º	Instalador de Sistemas Solares Fotovoltaicos	8	0	8
3º	Mecatrónica Automóvel (a)	19	0	19
3º	Mecatrónica Automóvel (b)	15	0	15
Total		205	68	273

4.4 Evolução dos indicadores de sucesso escolar 2016/2017 a 2018/2019

4.4.1 Taxas de transição

	2016/17	2017/18	2018/19
1º ano	94%	97%	94%
2º ano	95%	96%	93%

4.4.2 Taxas de conclusão¹

	2016/17		2017/18		2018/19	
	EPT	Nacional	EPT	Nacional	EPT	Nacional
3º ano	83%	75%	79%	76%	86%	---

4.4.3 Abandono Escolar

	2016/17			2017/18			2018/19		
	Nº alunos inscritos	Desistentes	%	Nº alunos inscritos	Desistentes	%	Nº alunos inscritos	Desistentes	%
1º ano	90	3	3,3	93	3	3,2	95	6	6,3
2º ano	63	2	3,2	83	2	2,4	88	3	3,4
3º ano	73	2	2,7	60	1	1,7	79	1	1,3
Total	226	7	3,1	236	6	2,5	262	10	3,8

¹ Relação entre o número de jovens que terminaram o curso com sucesso e o número de jovens apoiados que iniciaram esse mesmo curso

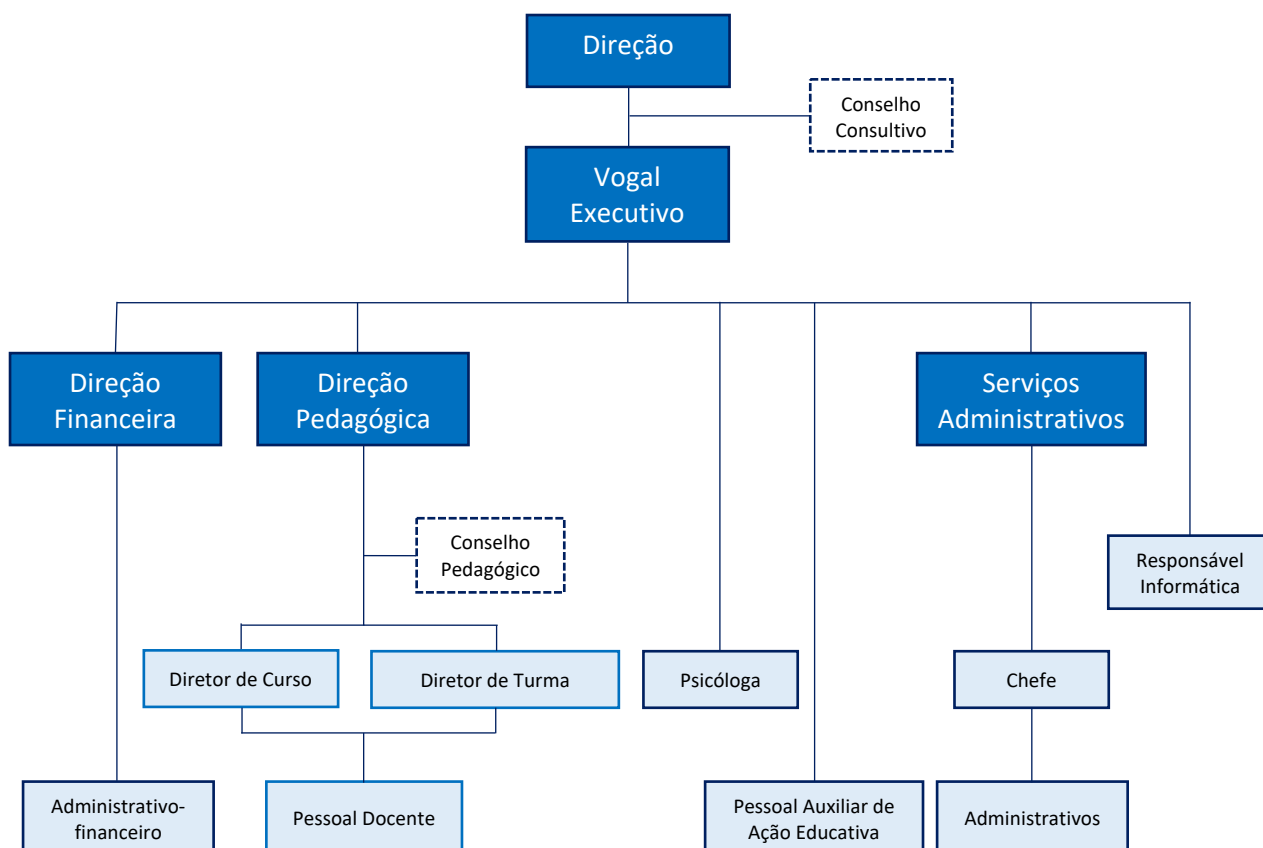
5. Espaços Físicos

Piso 1	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Secretaria; ▪ Gabinete do Chefe de Secretaria; ▪ Gabinete da Direção Financeira; ▪ Sala de Associação de Estudantes e Rádio de Escola; ▪ Sala de Reprografia com sala anexa de arrumos; ▪ Refeitório e Cozinha; ▪ Bar; ▪ Instalações Sanitárias para funcionários e balneários; ▪ Instalações Sanitárias para alunos; ▪ 5 Salas de aulas; ▪ Laboratório de física e química; ▪ Sala de Desenho Técnico; ▪ Sala de Informática 1.
Piso 2	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gabinete da Direção; ▪ Sala de Reuniões; ▪ Gabinete de apoio informático; ▪ Gabinete de orientação e desenvolvimento pessoal; ▪ Sala de Informática 2; ▪ Sala de Informática 3; ▪ Biblioteca /sala de recursos/sala de estudo; ▪ Gabinete da Direção Técnico-Pedagógica; ▪ Sala de Professores; ▪ Sala de trabalho anexa à sala de professores; ▪ Sala de Coordenadores de Curso; ▪ 10 Salas de aula; ▪ 1 Sala de Expressão Plástica; ▪ 1 Laboratório de Comunicação e Imagem ▪ Salão polivalente.
Piso 3	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sótão, Arquivo e Guarda-Roupa
Piso -1	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Laboratório de Eletrónica ▪ Laboratório de Eletricidade ▪ Laboratório de informática ▪ Laboratório de robótica ▪ Oficinas de Mecânica ▪ Laboratório de Fotografia ▪ Arrumos de equipamento de som ▪ Gabinete do Responsável da Manutenção e casa das máquinas.
Edifício Anexo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Laboratório de instalações elétricas

Os diversos laboratórios e oficinas estão devidamente equipados com os recursos necessários às aprendizagens dos alunos nas respetivas áreas técnicas, sendo periodicamente feitos investimentos de modernização de equipamentos e softwares. A maioria dos espaços destinados à formação, encontram-se equipados com projetor de multimédia.

6. Organização Escolar

De forma a apresentar a estrutura organizativa da EPT, apresentamos o organigrama da instituição:



7. Oferta formativa

Desde 20 de outubro de 1989, data da sua fundação, a EPT tem alargado o leque da oferta formativa de forma a responder à capacidade produtiva do mercado de trabalho local e regional, e aos interesses e expectativas dos alunos da região.

Assim, a EPT tem autorização prévia de funcionamento para os cursos das seguintes áreas de educação e formação (AEF):

Área de Educação e Formação	Cursos
Comércio (341)	Técnico Comercial
Marketing e Publicidade (342)	Técnico de Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Publicidade
	Técnico de Marketing
Contabilidade e Fiscalidade (344)	Técnico de Contabilidade
Ciências Informáticas (481)	Técnico Gestão de Equipamentos Informáticos
	Técnico de Informática de Gestão
Eletricidade e Energia (522)	Técnico de Energias Renováveis/ variante Sistemas Solares
	Técnico de Energias Renováveis/ variante Sistemas Eólicos
	Técnico de Energias Renováveis/ variante Sistemas de Bioenergia
	Técnico Instalador de Sistemas Solares Fotovoltaicos
	Técnico de Frio e Climatização
	Técnico de Instalações Elétricas
Eletrónica e Automação (523)	Técnico Eletrónica e Áudio, Vídeo e TV
	Técnico de Eletrónica, Automação e Comando
	Técnico de Eletrónica e Telecomunicações
Metalurgia e Metalomecânica (521)	Técnico de Manutenção Industrial / Eletromecânica
Construção e Reparação de Veículos a Motor (525)	Técnico de Manutenção Industrial/ Mecatrónica Automóvel
	Técnico de Mecatrónica Automóvel
Secretariado e Trabalho Administrativo (346)	Técnico de Secretariado
Turismo e Lazer (812)	Técnico de Turismo
Trabalho Social e Orientação (762)	Animador Sociocultural

Os cursos profissionais ministrados pela Escola Profissional de Trancoso permitem obter um Certificado de Qualificação Profissional de Nível IV, reconhecida em qualquer país da Comunidade Europeia, e um diploma de fim de estudos secundários (12º ano). Possibilitam igualmente a prossecução de estudos de nível superior.

Neste momento encontram-se em funcionamento os seguintes cursos:

- Técnico de Manutenção Industrial – variante de Mecatrónica Automóvel;
- Técnico de Mecatrónica Automóvel;
- Técnico de Instalador de Sistemas Solares Fotovoltaicos;
- Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos;
- Técnico de Comercial;
- Técnico de Comunicação Marketing e Relações Públicas e Publicidade;
- Animador Sociocultural.

8. Parcerias

A viabilidade e a operacionalização do projeto educativo desta escola, para além dos recursos, meios e experiência que possui, passam cada vez mais pela visão estratégica da importância da cooperação e pela procura de parceiros privilegiados que permitam – quer a nível nacional, quer a nível internacional – o aparecimento e desenvolvimento de novas oportunidades. Como atores do desenvolvimento local e regional manteremos sempre redes formais e informais de parcerias que envolvam preferencialmente estruturas da administração pública nos seus diferentes níveis, Autarquias Locais, Empresas e Associações Empresariais, Instituições várias, Movimento Associativo, Escolas, Universidades e Institutos Superiores. No sentido de operacionalizar essas parcerias, foram criados mecanismos de comunicação que permitem à escola manter contacto permanente e privilegiado com os diferentes *stakeholders*, com o fito de poder adaptar e adequar a sua prática aos objetivos definidos neste documento-base, que por sua vez estão ancorados nos princípios estabelecidos pelas legislações nacionais e europeias.

Para além disso, a escola mantém em atividade um Conselho Consultivo, que por si só representa um mosaico da sociedade na qual a escola se insere e cujos pareceres são mecanismo precioso de auscultação da sociedade civil que a escola, com os seus serviços, pretende servir.

Neste sentido a EPT mantém estreitas relações formais de parceria com:

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Trancoso; ▪ AENEBEIRA – Associação Empresarial do Nordeste da Beira; ▪ Câmara Municipal de Aguiar da Beira; ▪ Câmara Municipal de Celorico da Beira; ▪ Câmara Municipal de Fornos de Algodres; ▪ Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta; ▪ Câmara Municipal de Mangualde; ▪ Câmara Municipal de Mêda; ▪ Câmara Municipal de Torre de Moncorvo; ▪ Instituto Politécnico da Guarda; ▪ 4Climas - Assistência Técnica em Climatização; ▪ ACMNsolar, Lda; | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Adriano Manuel Delgado Abade; ▪ Almério & Filhos, Lda; ▪ Alberto Cabral, Lda; ▪ Alberto Carvalho e Filhos, Lda; ▪ Agro Portugal; ▪ Alonsos & Branco, Lda; ▪ AMSPORT-Cruz & Oliveira, Lda; ▪ AM Motors, Lda; ▪ Angelino F. Nascimento; ▪ Ângelo Ramos, Lda; ▪ Antas-Car; ▪ António Carlos, Lda; ▪ António Garcia, SA; ▪ Aquecilar; ▪ Artur Domingos; ▪ Asafil; ▪ Alcácer Auto, Unipessoal, Lda; ▪ Auto Alhais; |
|---|--|

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Auto Baptista; ▪ Auto Bogalho; ▪ Auto Cachinho - Dinis Osvaldo Cachinho Numão; ▪ Auto Dias; ▪ Auto Garvelos; ▪ Auto Mariana – Oficina Rep. Auto; ▪ Auto Vilarinho; ▪ Auto Mecânica Santos & Filhos, Lda ▪ Auto Naspinto ▪ Auto Ramiro, Lda ▪ Auto Ramos ▪ Auto Rina - Repações de Automóveis, Lda ▪ Auto S. Martinho ▪ AutoSoeiro ▪ Beirauto ▪ Braz e Mendonça e Conceição, Lda ▪ Bricoguarda - Soc. de Distribuição de Bricolage, Lda ▪ C&A Modas - Unipessoal Lda ▪ Casa da Avó ▪ Casa da Prisca ▪ Casa do Redondo ▪ Casa Dona Maria Luiza ▪ Casa da Sé - Small Luxury Hotel ▪ Centrocampo - Sociedade e Avicultura, Lda ▪ Centroinfotinteiro, Lda ▪ CHIP7 Guimarães ▪ Chip 7 Mirandela ▪ Côa Parque - Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa ▪ Coficab Portugal - Companhia de Fios e Cabos, Lda. ▪ Cooperativa Agrícola Beira Serra-CRL ▪ Copialta, Representações, Lda | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Cró Termas - Natura Empreendimentos S.A. ▪ Digital 3-Estúdio de Impressão, Lda ▪ Desigm - Comunicação e Publicidade, Unipessoal Lda ▪ Dimareal ▪ Duero Douro - AECT ▪ EDP Distribuição-Energia, SA ▪ Electrocaetano, Lda ▪ Electrojarm Lda ▪ Eletro Frias & Batista - Serviços de Eletricidade, ▪ Eletro José Coelho, Unipessoal, Lda ▪ ElectroFaro, Repações Eléctricas, Lda ▪ Electromecânica PenaDalva, Lda ▪ Empreendimentos Turísticos Monte Belo, Sociedade ▪ ENERGIB, Lda ▪ Emware ▪ Espaço D'Alma ▪ Estúdio 3630 ▪ Excesso de Moda, Lda ▪ FaroWest ▪ Fernando José Martins Pereira ▪ Finiclasse 2000, Lda ▪ Fonseca & Saraiva-Oficina de Reparações Automóveis ▪ Foto Arco Iris ▪ Foto Guimarães ▪ Foto Viseense - Estúdio de Fotografia, Lda ▪ Gigabyte Clinic ▪ Glasdrive ▪ Gráfica Bandarra ▪ Grupo Cortefiel Spreingfield - BIZARRO& MILHO, S.A ▪ Grupo Pestana Pousadas, Inv. Tur., S.A. ▪ H7M – Informática ▪ Hotel Grão Vasco |
|---|---|

- Hotel Lamego & Life
- Hotel Lusitânia Congress & SPA
- Hotel Quinta dos Cedros
- Hotel Lusitânia
- Hotel Turismo de Trancoso
- Hotel Vanguarda
- Hugo e Daniel Neves, Automóveis, Lda
- Impacto - Bruno Miguel Dias Silva
- Impresa office & service share - gestão de imóveis
- Inforvit
- Inforcastelo
- Intermarché – Mêda
- Intermarché – Celorico da Beira
- Intermarché – Trancoso
- Irmãos Moreira, Lda.
- J. Pinto, Lda
- Luís Augusto Monteiro Moutinho
- Luís Santos Vaz & Filhos, Lda
- Lurdes Augusto Ferreira, Peças Auto Unipessoal, Lda.
- João Filipe Ferreira Fonseca Rosa-Auto Garagem 21
- João Justino
- KICKS Viseu
- Loja Pronto a Vestir Car,Lã
- Lojas Stihl Trancoso
- Lopestone, Lda
- José Fernando Ferreira - Reparações Auto
- Lameguiper – Sociedade de Distribuição, SA
- Livraria Bertrand, SA
- Luís Manuel Ribeiro Domingues
- Luís Miguel Pinto
- Lusomática - Informática e Telecomunicações
- Manuel Ferra
- Maquisaraiva, Lda
- Marcelo Pimenta
- Martins e Felgueira
- Matos & Prata – Veículos, Máquinas e Peças SA
- MaxiPC- Sistemas Informáticos
- Mecânica Geral Automóvel
- MediaSpot - Print Solutions
- Midas Mar Shopping
- Minipreço-Autêntico & Dinâmico, Supermercados, Lda
- MoimentIRQ, Sistemas Informáticos, Lda
- Movijovem - Mobilidade Juvenil - Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada
- MotoStar, Lda
- N' Funções Produções Gráfica, Lda
- NewTech
- Niposom Informática
- Nelson Almeida - Fotografia e Vídeo Criativo
- ODL- Reparação de Automóveis, Lda
- Ofijorge
- Opel Lemos e Irmãos, SA
- P&B Publicidade e Artes Gráficas, Lda
- Parkauto
- Pascal Ramos Nascimento
- Paulo Dias
- Pereira e Sequeira
- Pires e Duarte, Lda
- Paulo Jorge Lopes Alves
- Pc-LAB - Assistência Técnica
- PC Seed
- PCSlot
- Penobrandes Álvaro Fonseca
- Pnuser Manutenção Automóvel, Lda
- Produto Interno Multiserviços Lowcost, Lda
- Psolutions, Lda.

- Pub & Design RDBK, Lda
 - Publibrindes
 - Quinta da Pereira
 - RCDigitec, Unipessoal, Lda.
 - Remotelog
 - Retroguarda - Comércio, Assistência de Máquinas Agrícolas e Equipamentos Industriais
 - Residencial D. Dinis
 - Romântica Confeções, Lda
 - Reparações PF Unipessoal, Lda
 - Samuel Pinto Gomes
 - SASTI, Lda
 - SC-INFORMÁTICA, LDA
 - Sentido Comum - Internet e Design
 - Ser e Parecer - Serviços de Publicidade, Lda.
 - Sport Zone
 - STUDIOBOX, Publicidade e Gestão de Meios Unipessoal
 - Supermercado Mini-Preço
 - Supermercados El-Rei
 - TerraSystems
- Techisobar, Unipessoal Lda
 - TetoOnline
 - Tjsolutions, Lda
 - Tomi Portugal, Lda. (Celeuma)
 - Tornearia Pena & Pires, Lda
 - TOTAMAT, Comércio e Distribuição Unipessoal, Lda
 - Trancosauto, Lda
 - Transpneus - Morgado e Santos, Lda
 - Tonicarr, Lda
 - Turismo do Centro de Portugal
 - Vector i - Soluções Informática, Lda
 - Via Rápida Publicidade
 - Viagens Abreu, SA
 - Victor Coreia & Irene Lopes, Lda
 - VISABEIRA - Pro Estudos e Investimentos
 - Volta do Celeiro Supermercados
 - Women' Secret - CONFESPANHA – Confeções, S.A
 - Xerocar - Comércio de Veículos Automóveis S. A.

II - A Escola que queremos ser

1. Análise SWOT

A identificação dos pontos fortes e dos pontos a melhorar é um processo essencial no desenho de qualquer diagnóstico. Só dentro desse quadro é possível conceber um plano de intervenção que permita ultrapassar as fragilidades encontradas, mas também consolidar os aspetos onde foram registadas melhorias. Para além disso, é necessário identificar as oportunidades e as ameaças enquanto fatores externos com impacto na vida da Escola. As instituições devem aproveitar as primeiras, fazendo valer os seus pontos fortes, e ultrapassar ou antecipar as segundas, desenvolvendo estratégias que as reduzam ou eliminem.

Do diagnóstico efetuado, consideramos que os pontos mais sensíveis residem nos seguintes factos:

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da escolaridade obrigatória para 12 anos; ▪ Reconhecimento da escola enquanto entidade formadora de jovens para a vida ativa; ▪ Alimentação e transportes gratuitos; ▪ Laboratórios e oficinas adequados à formação técnica dos cursos; ▪ Existência, na cidade de Trancoso, de uma residência de estudantes a curta distância da escola; ▪ Índices de segurança verificados nos territórios de baixa densidade populacional; ▪ Valorização do ensino profissional no âmbito da estratégia de Portugal e da União Europeia, refletida, por exemplo, Programa Operacional Capital Humano (POCH) - Portugal 2020. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acentuado decréscimo demográfico; ▪ Emigração; ▪ Tecido empresarial escasso e disperso; ▪ Contexto socioeconómico do país.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Historial de referência e sucesso da EPT; ▪ Recursos humanos qualificados com experiência no ensino profissional; ▪ Infraestruturas da Escola; ▪ Equipamentos e recursos físicos ajustados aos cursos; ▪ Participação dos alunos em eventos lúdicos e culturais na comunidade local e regional; ▪ Dimensão da população escolar adequada; ▪ Estabelecimento de inúmeras parcerias e protocolos com empresas da região, fortalecendo a ligação com o tecido empresarial. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desgaste progressivo de alguns equipamentos e recursos físicos; ▪ Elevado tempo de viagem entre casa-escola para alguns alunos, devido à dispersão geográfica.

2. Missão, Visão e Valores

Missão: Proporcionar uma formação profissional de qualidade que permita aos jovens ingressar num mercado de trabalho transnacional e contribuir, mediante uma postura empreendedora, para o desenvolvimento cívico, económico, social e cultural das comunidades nas quais se vão integrar. Promover a educação para os valores, para o objetivo do bem comum e para a felicidade individual de cada aluno, enquanto ser humano com potencial de realização num contexto de liberdade individual e solidariedade coletiva.

Visão: Ser uma escola de referência do ensino profissional, apresentando uma oferta formativa diversificada e flexível capaz de responder a um público muito heterogéneo e promovendo a inovação tecnológica e pedagógica.

Valores:

- Proximidade e cooperação;
- Criatividade;
- Motivação;
- Qualidade;
- Inovação;
- Empreendedorismo;
- Responsabilidade;
- Rigor;
- Competência;
- Trabalho em equipa;
- Sentimento de pertença;
- Diversidade;
- Respeito;
- Tolerância;
- Solidariedade;
- Flexibilidade;
- Liberdade;
- Cooperação internacional.

3. Sistema de garantia da qualidade

3.1 Enquadramento da Escola com o EQAVET

O Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissionais (Quadro EQAVET), consagrado pela Recomendação de 18 de junho de 2009 do Parlamento Europeu e do Conselho de Ministros da União Europeia, foi concebido para melhorar o Ensino e Formação Profissional no espaço europeu, colocando à disposição das autoridades e dos operadores ferramentas comuns para a gestão da qualidade, promovendo a confiança mútua, a mobilidade de trabalhadores e de formandos e a aprendizagem ao longo da vida. O EQAVET é um instrumento a adotar de forma voluntária, que permite documentar, desenvolver, monitorizar, avaliar e melhorar a eficiência da oferta de EFP e a qualidade das práticas de gestão, implicando processos de monitorização regulares, envolvendo mecanismos de avaliação interna e externa, e relatórios de progresso, estabelecendo critérios de qualidade e descritores indicativos que sustentam a monitorização e a produção de relatórios por parte dos sistemas e dos operadores de EFP, e evidenciando a importância dos indicadores de qualidade que suportam a avaliação, monitorização e garantia da qualidade dos sistemas e dos operadores de EFP. Não obstante estas linhas orientadoras estivessem presentes desde sempre na prestação do serviço educativo e formativo desta escola, pretendeu-se, em 2019, promover de forma explícita o alinhamento das práticas da EPT com os referentes do quadro EQAVET, ambicionando o reconhecimento público através da obtenção do Selo EQAVET em 2020.

3.2 Política de Qualidade

Para o completo cumprimento da sua missão, para a concretização do ideal exequível em que assenta a sua visão, para a consecução dos princípios orientadores das suas práticas educativas a partir das quais estrutura a qualidade da educação e formação profissional, a EPT desenvolve a sua ação, no plano organizacional e no plano pedagógico, a partir de quatro eixos estratégicos fundamentais:

1. Liderança e estratégia;
2. Cultura e identidade organizacional e comunitária;
3. Qualidade do serviço e impacto sobre as pessoas;
4. Prática pedagógica, inovação e compromisso com o sucesso.

Por seu turno, estes eixos desdobram-se em objetivos estratégicos que, por sua vez, se decompõem em metas e objetivos operacionais, monitorizados anualmente ao longo do ciclo de

gestão, em ações devidamente calendarizadas para a consecução desses objetivos. São, pois, de destacar os seguintes objetivos estratégicos da escola:

1. Consolidar uma cultura organizacional aberta à mudança e à inovação, comprometida com o aperfeiçoamento dos processos, com a otimização dos resultados e com a sustentabilidade do esforço de melhoria;
2. Desenvolver uma cultura de planeamento tendo em vista o aumento do grau de eficácia (comparação entre o que se fez e o que era esperado que se fizesse) e de eficiência (relação entre os resultados obtidos e os recursos empregues);
3. Consolidar uma cultura de avaliação e de melhoria contínua ao nível da gestão dos recursos humanos e dos recursos materiais, bem como ao nível das práticas dos professores e do pessoal não docente;
4. Incentivar o desenvolvimento ou adoção de projetos de investigação, desenvolvimento e inovação, designadamente ao nível da utilização da tecnologia da educação;
5. Promover e projetar a escola no exterior, através de uma política de divulgação de atividades que demonstrem a sustentabilidade do progresso e o reconhecimento externo;
6. Aprofundar e consolidar a cooperação com o tecido social e empresarial, com o poder local e com o ensino superior, com vista à integração plena dos alunos na vida ativa, ao desenvolvimento do gosto pela ciência, pela investigação e pela inovação, e ao alargamento dos horizontes de emprego;
7. Implementar um sistema de gestão da qualidade assente em princípios de gestão documental e de sistematização de processos ou fluxos de trabalho e/ou de informação no seio da escola;
8. Potenciar a melhoria do sucesso escolar dos alunos e promover o mérito e a excelência, aliando-os a uma cultura de rigor e exigência no interior da escola.

No que concerne à melhoria da qualidade da Educação e Formação Profissional (EFP), dentro de um modelo de garantia da qualidade enquadrado pelo Quadro EQAVET, os objetivos estratégicos fundamentais são os seguintes:

1. Prevenir e reduzir o insucesso e o abandono escolar precoce;
2. Garantir as condições de igualdade no acesso à educação, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação;
3. Promover práticas de autoavaliação que permitam aos operadores de EFP refletir acerca dos seus contextos, recursos, desempenhos, formas de atuação e projetar-se no futuro;

4. Envolver os *Stakeholders* internos e externos de forma a construir parcerias mutuamente benéficas;
5. Melhorar a qualidade, eficácia e eficiência do sistema de educação e de formação;
6. Melhorar o acompanhamento, gestão e monitorização do Ensino Profissional;
7. Promover políticas de desenvolvimento sustentável em termos energéticos e ambientais;
8. Assegurar a conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis.

3.3 Objetivos gerais e específicos

Os objetivos estão em consonância com as recomendações e orientações constantes no Perfil do Aluno para o Século XXI.

Neste sentido, em todas as atividades, projetos e iniciativas promovidos e organizados pela Escola valorizar-se-ão prioritariamente as diferentes aprendizagens, o conhecimento científico, técnico e tecnológico associado à inovação, ao saber fazer, ao espírito de empreendedorismo, à criatividade e ao exercício pleno da cidadania em todas as suas dimensões, traduzidas na educação para a saúde, voluntariado, solidariedade, património e ambiente, atividades de animação e promoção sociocultural e recreativa. Todos estes aspetos estarão sempre presentes na prática letiva, na realização dos estágios curriculares, intercâmbios nacionais e internacionais.

Os objetivos foram sistematizados e enquadrados nos seguintes domínios:

- **Domínio A** – Ação didática e pedagógica orientada para a promoção do sucesso educativo, pessoal e profissional;
- **Domínio B** – Ligação da Escola à comunidade e aos atores/parceiros do desenvolvimento local, regional, nacional e comunitário, numa prática de integração territorial;
- **Domínio C** – Desenvolvimento da organização e gestão da escola;

4. Objetivos estratégicos

Com o desígnio de atingir os propósitos definidos na Visão da EPT, definem-se os seguintes objetivos operacionais e respetivas estratégias de desenvolvimento para os alcançar. As mesmas radicam no grande objetivo da realização pessoal e profissional dos alunos que frequentam a escola e dos profissionais que nela exercem a sua atividade:

Objetivos Estratégicos	Objetivo operacionais	Meta	Estratégias de atuação	Indicadores de avaliação
<p>A. Garantir uma qualificação de qualidade, integral e dinâmica dos alunos;</p> <p>B. Ser agente promotor de cooperação e do desenvolvimento económico, social e cultural da sociedade;</p> <p>C. Promover a sustentabilidade e a operabilidade da instituição.</p>	<p>1 - Manter a taxa do abandono escolar reduzida</p>	<ul style="list-style-type: none"> Manter abaixo dos 4% o abandono escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> Sinalização de potenciais casos de abandono escolar; Assegurar um acompanhamento continuado aos alunos que manifestem dificuldades de aprendizagem; Melhorar a participação dos encarregados de educação na vida escolar; Prevenir os comportamentos de risco; Recolha de dados que permitam identificar as causas do abandono escolar; Implementar metodologias e estratégias de intervenção concertadas tendo em vista acompanhar os alunos em risco; Melhorar as condições de transporte e alojamento dos alunos; Consolidar uma cultura de escola que visa a tranquilidade, a segurança e o bem-estar de todos os alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de abandono escolar.
	<p>2 - Motivar os alunos para o sucesso escolar</p>	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a taxa de conclusão para 88%; Aumentar para 75% a taxa de empregabilidade; Aumentar para 75% a taxa de empregabilidade na área de formação; 	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a coordenação interdisciplinar; Potenciar o ensino prático e as visitas de estudo para contacto com boas práticas; Desenvolvimento de projetos inovadores centrados nos interesses dos alunos; Reconhecer, valorizar e estimular o mérito e o desempenho dos alunos; Reforçar o apoio educativo aos alunos; 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de conclusão do curso; Taxa de empregabilidade; Taxa de empregabilidade na área de formação; Taxa de prosseguimento de estudos.

		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentar a taxa de frequência no ensino superior para 25%. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reflexão sobre os resultados escolares obtidos em cada período; ▪ Monitorização dos casos de risco de insucesso escolar; ▪ Sensibilização para as potencialidades e oportunidades que advêm da frequência do Ensino Superior; ▪ Apoio personalizado aos alunos interessados em prosseguir estudos. 	
	3 - Melhorar a qualidade do serviço prestado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementar o Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com os princípios do EQAVET; ▪ Ajustar os objetivos da formação às necessidades evidenciadas pelas empresas que colaboram com a escola; ▪ Manter a receção e acompanhamento aos novos alunos; ▪ Melhorar a comunicação com os Encarregados de Educação; ▪ Organizar um convívio anual que facilite a participação da comunidade; ▪ Abrir a Escola à comunidade para formação, eventos culturais, sociais, desporto e lazer; ▪ Manter de forma continuada a exposição de trabalhos em espaços apropriados. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Participação nas sessões de capacitação para implementação do Sistema de Gestão da Qualidade promovidas pela ANESPO; ▪ Promoção de ações de capacitação para implementação do sistema de qualidade internamente (pessoal docente e não docente); ▪ Auscultação das empresas para mapeamento de competências deficitárias no mercado de trabalho; ▪ Realização de reuniões de pais e encarregados de educação descentralizadas e em horários compatíveis com os horários de trabalho dos mesmos; ▪ Acolhimento dos novos alunos no início do ano escolar; ▪ Motivação para o desenvolvimento de projetos, parcerias e soluções inovadoras; ▪ Envolvimento da comunidade nas atividades; ▪ Promoção de momentos de mostra de trabalhos ou divulgação de ações e projetos realizados; ▪ Motivação dos pais/Encarregados de Educação para a importância da sua participação ativa na vida da escola. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar as taxas de empregabilidade em empresas com protocolo assinado com a escola; ▪ Organizar 3 atividades de integração com os alunos alojados em horário pós-letivo; ▪ Participação em pelo menos 4 eventos promovidos pela comunidade local; ▪ Promover um convívio anual com ex-alunos.

	<p>4 - Promover a imagem pública da Escola junto da comunidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a imagem da Escola junto da comunidade; ▪ Sensibilizar a comunidade para a importância do papel sociocultural da escola. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção da participação da Escola em projetos de iniciativa local, nacional e internacional, com implicação na melhoria do ensino; ▪ Cooperar com as instituições concelhias na promoção e organização de eventos ou iniciativas de cariz comercial e cultural no território; ▪ Manutenção do jornal escolar e as plataformas tecnológicas; ▪ Reforço das relações com a comunidade promovendo uma maior abertura e cooperação mútua; ▪ Disponibilização dos recursos para a realização de atividades da iniciativa da comunidade; ▪ Organização de momentos de debate sobre a importância dos documentos estruturantes na vida da escola. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Colaboração com o tecido empresarial no processo de recrutamento de jovens diplomados pela EPT; ▪ Participação em pelo menos 2 iniciativas de cariz voluntário; ▪ Realização de pelo menos uma atividade de promoção de eventos concelhios.
	<p>5 - Continuar a promover uma estreita ligação entre a escola e o tecido empresarial local, regional e internacional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentar em 6%, o número de parcerias / protocolos com empresas e instituições, registadas na plataforma SIGO, durante os próximos 3 anos; ▪ Diversificar geograficamente o número de protocolos estabelecidos, extravasando os limites regionais e nacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver contactos de forma continuada, com as empresas; ▪ Estabelecer parcerias/protocolos com o tecido empresarial; ▪ Estabelecer protocolos com empresas exteriores à CIM Beiras e Serra da Estrela e protocolos internacionais; ▪ Participação de alunos e professores em atividades do programa Erasmus. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de parcerias/protocolos estabelecidos e registados na plataforma SIGO; ▪ 30% dos alunos com pelo menos um momento de FCT fora da CIM de residência.
	<p>6- Promover o espírito empreendedor e a capacidade de iniciativa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proporcionar a todos os alunos da EPT conhecimentos de base na área do empreendedorismo; ▪ Promover a aproximação entre alunos e empreendedores de diversas áreas da sociedade; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Participação em iniciativas com empresários da região; ▪ Promoção de debates e tertúlias sobre empreendedorismo; ▪ Participar em concursos de empreendedorismo inter-escolas; ▪ Divulgação das ideias emanadas das PAP junto de empresários e investidores; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dinamização, na escola, de 2 atividades no âmbito do empreendedorismo; ▪ Participação em 3 iniciativas de natureza comercial e económica; ▪ 5% dos alunos que, no prazo de 5 anos, cria o seu próprio negócio.

		<ul style="list-style-type: none"> Potenciar a concretização e a implementação das melhores ideias apresentadas nas PAP. 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de atividades para conhecimento da futura incubadora de empresas de Trancoso. 	
	7 - Valorizar o mérito e a excelência dos resultados das aprendizagens	<ul style="list-style-type: none"> Criar na escola uma cultura de meritocracia baseada na valorização das aptidões e talentos individuais; Proporcionar oportunidades de progressão especiais aos alunos reveladores de mérito; Melhorar o sucesso das aprendizagens; Contribuir para o desenvolvimento pessoal dos alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> Valorizar o mérito e a excelência dos resultados das aprendizagens; Atribuição de prémios de mérito aos melhores alunos e cada curso / turma no final de cada ano letivo; Criação de estágios de mérito em todos os cursos em empresas de referência de cada setor. 	<ul style="list-style-type: none"> Pelo menos 12 alunos no quadro de mérito.
	8 - Alargar o leque da oferta formativa da escola	<ul style="list-style-type: none"> Diversificar a oferta formativa; Contribuir para o aumento das taxas de escolarização ao nível do secundário. 	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar candidaturas a novas ofertas formativas; Candidatar cursos que correspondam às expectativas dos alunos e das empresas; Reforçar as ações de divulgação das novas ofertas junto da comunidade local e regional; Definir uma oferta formativa baseada de formação modular, que possibilite responder às obrigações legais dos diferentes sectores de atividade. 	<ul style="list-style-type: none"> Diversidade da oferta formativa.
	9 - Assegurar a realização dos módulos com sucesso.	<ul style="list-style-type: none"> Alcançar a meta contratualizada de 88% de diplomados nos cursos profissionais. 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar com regularidade os resultados escolares. 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de módulos realizados com sucesso.
	10 - Fomentar a comunicação com a família e o seu	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar para 60% a presença de pais e/ou encarregados de educação em reuniões na/da escola. 	<ul style="list-style-type: none"> Apostar no papel do diretor de turma como agente privilegiado no acompanhamento da turma, na criação de uma relação de proximidade com cada aluno e no 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de participação dos pais e/ou encarregados de educação nas reuniões;

	envolvimento na vida escolar		<p>estabelecimento de diálogo com os pais e/ou encarregados de educação;</p> <ul style="list-style-type: none"> Dinamizar ações de sensibilização, sessões de trabalho e outras atividades no âmbito da educação e cidadania. 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de contactos estabelecidos com os pais e/ou encarregados de educação; N.º de iniciativas promovidas pela escola envolvendo os pais e/ou encarregados de educação; Taxa de participação dos pais e/ou encarregados de educação nas iniciativas promovidas pela escola.
	11 - Satisfação dos Alunos	<ul style="list-style-type: none"> Garantir 75% de alunos que classificam a prestação global da escola como “Boa” ou “Muito Boa” nos inquéritos de satisfação realizados. 	<ul style="list-style-type: none"> Promover práticas pedagógicas e de funcionamento de proximidade e que tenham em conta a diversidade inerente aos diferentes perfis de alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de conclusão dos cursos; Satisfação dos Alunos; Satisfação dos Encarregados de Educação.
	12 - Satisfação dos alunos para com a prestação dos docentes	<ul style="list-style-type: none"> Garantir 75% de alunos que classificam a prestação dos docentes como “Boa” ou “Muito Boa” nos inquéritos de satisfação realizados. 	<ul style="list-style-type: none"> Promover práticas pedagógicas rigorosas, mas inovadoras e motivadoras, adaptadas ao tempo e contexto de aprendizagem e às expectativas dos alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de conclusão dos cursos; Satisfação dos Alunos; Inquéritos aos alunos.
	13 - Apoiar a integração dos alunos no mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> Garantir que 75% dos alunos ingressem no mercado de trabalho na área de formação do curso; 	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar os ex-alunos a realizar o currículo vitae; Manter atualizadas e dinamizar as bases de dados relativas a pedidos de estágio e ou emprego, promovendo formas de contacto com o mercado de trabalho; Facultar aos ex-alunos informação de oportunidades de estágio/emprego e promover o aconselhamento quanto à sua integração na vida ativa 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de empregabilidade na área de formação;

5. Metas de aprendizagens

Assentes em referências nacionais e da escola relativas aos últimos anos, definem-se as seguintes metas de aprendizagem para o triénio de vigência deste projeto educativo:

Objetivos	Metas			
	(2019/2020)	(2020/2021)	(2021/2022)	(2022/2023)
Desempenho nas disciplinas da área Sociocultural	91%	92%	93%	94%
Desempenho nas disciplinas da área científica	91%	92%	93%	94%
Desempenho nas disciplinas da área técnica	91%	92%	93%	94%
Desempenho na FCT (média)	17 valores	17 valores	17 valores	17 valores
Desempenho na PAP (média)	16 valores	16 valores	16 valores	16 valores
Cumprimento do Plano Atividades	91%	92%	93%	94%
Taxas de Conclusão	86%	86%	87%	88%
Taxa de Empregabilidade (com prosseguimento de Estudos)	69%	71%	73%	75%
Taxas de Empregabilidade na área de formação	70%	72%	74%	75%
Taxa de prosseguimento de Estudos	22%	23%	24%	25%

6. Caracterização do Sistema de Gestão de Qualidade

A implementação de um sistema de gestão de qualidade apoia uma EFP no sentido de aumentar a satisfação dos estudantes e dos restantes *stakeholders*, permitindo assegurar uma confiança acrescida de qualidade de serviços prestados aos seus utilizadores, ao mesmo tempo que contribuem para reforçar a imagem, eficácia e organização interna da instituição de ensino profissional.

Com a implementação do sistema, a escola passará a controlar e utilizar de forma mais eficaz os seus recursos, nomeadamente através de:

1. Melhor organização do trabalho;
2. Melhor monitorização dos processos;
3. Enquadramento dos indicadores EQAVET nos indicadores de qualidade;
4. Melhor Monitorização dos indicadores EQAVET;
5. Maior clarificação de objetivos, responsabilidades e funções;
6. Maior eficácia na comunicação interna e externa;
7. Documentar o saber fazer através da existência de registos da qualidade;
8. Definição das ações que permitem a melhoria contínua do sistema;
9. Melhor gestão e a utilização de recursos materiais e humanos.

A implementação e manutenção do sistema de gestão da qualidade da escola obedecem aos seguintes passos:

1. Identificar dos seus processos e descrição dos respetivos procedimentos;
2. Identificar e determinar a sequência e interação dos processos;
3. Determinar para cada processo a metodologia de monitorização de forma a considerar os indicadores EQAVET;
4. Identificar e disponibilizar recursos e informação de suporte;
5. Efetivar os métodos de medição e análise dos processos com tomada de ações de forma a atingir as metas propostas e a melhoria contínua.

A escola adotou uma abordagem por processos, representada na imagem seguinte, onde é possível verificar o conjunto de processos que caracterizam o Sistema de Gestão de Qualidade da Escola e subsequentes interações. Todas as Fichas de Processos resultantes deste mapa encontram-se arquivados.

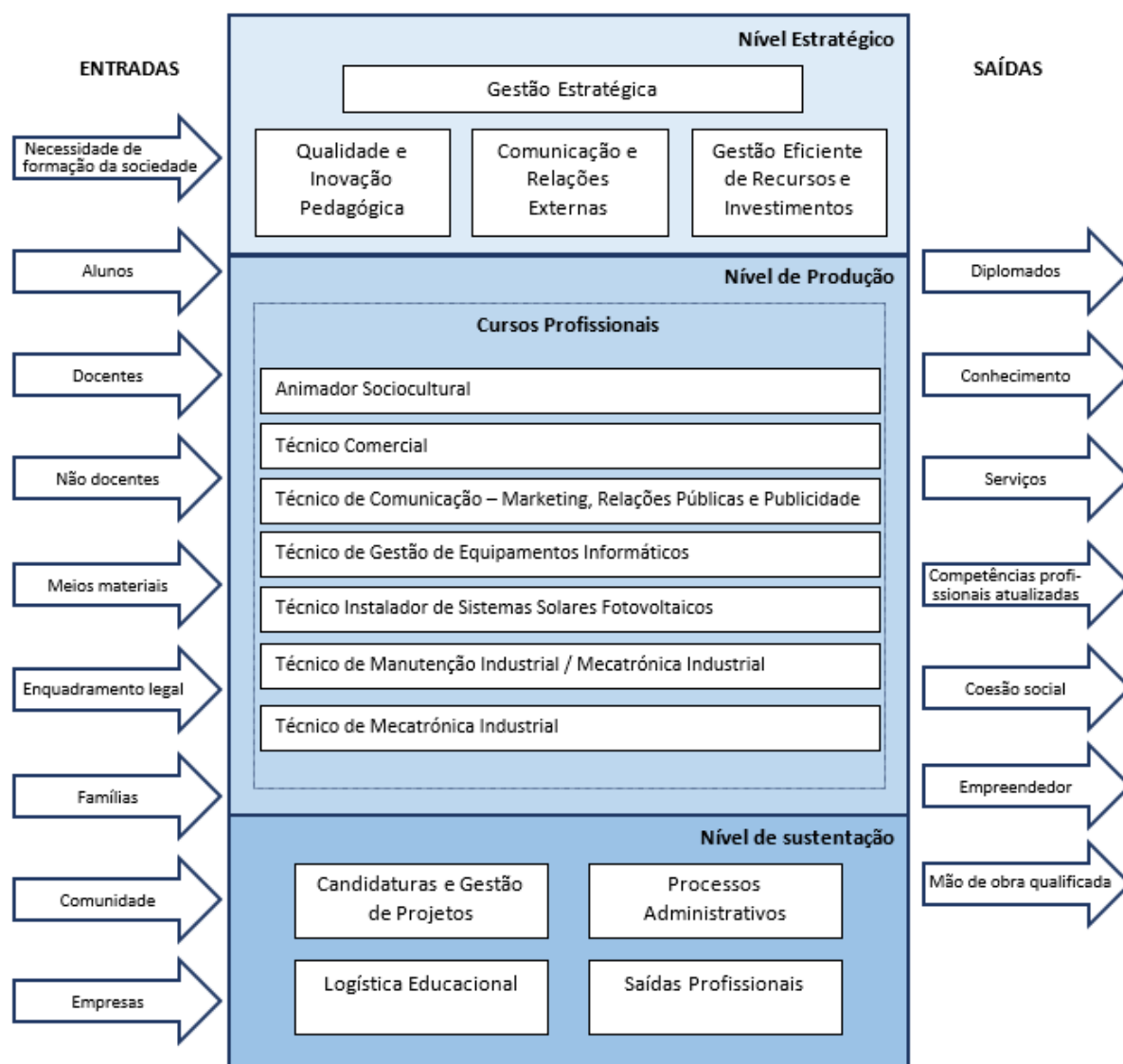


Figura 1 - Mapa de Processos

7. Responsabilidade no âmbito da garantia da qualidade

A atribuição de responsabilidades no âmbito do sistema de garantia da qualidade é encarada como um pilar fundamental de gestão. Entende a EPT que numa instituição de ensino e formação só é possível alcançar os objetivos propostos com a corresponsabilização de todos os intervenientes no processo educativo. Neste sentido, dependendo do objetivo concreto a atingir e/ou das estratégias a desenvolver para o conseguir, é necessário a definição e a atribuição concreta de responsabilidades claramente identificadas, para que cada interveniente tenha noção do seu papel e das metas concretas que ele envolve, o que, por sua vez, o levará a assumir a responsabilidade pela sua concretização.

1. **Direção da Escola** – Dirige a ação global da instituição enquadrando-a no Sistema de Qualidade alinhado com o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissional. Define as tarefas e as responsabilidades dos vários intervenientes no processo de implementação e execução do Sistema da Qualidade, alinhado com o EQAVET.
2. **Diretor Pedagógico** – Estabelece os objetivos e as metas pedagógicas a atingir, avalia os resultados obtidos e define novas metas e estratégias para os alcançar.
3. **Diretora Financeira** – Coordena os processos que conduzem à garantia de sustentabilidade e operabilidade da instituição.
4. **Equipa da Qualidade** - É responsável pelo processo de recolha de informação, utilizando as diversas fontes disponíveis, tais como questionários, programa informático, etc., de acordo com o calendário definido; pelo tratamento dos dados, a elaboração de relatórios. Participa na preparação da divulgação dos resultados e na definição de novas metas e procedimentos.
5. **Professores** – Participam na elaboração da proposta de objetivos e metas a atingir pelas turmas onde lecionam, avaliam os resultados e definem as estratégias a implementar para atingir os objetivos definidos.
6. **Técnicos administrativos e operacionais** – Garantem o cumprimento das obrigações legais e processuais a nível administrativo, pedagógico e financeiro. Os técnicos operacionais devem colaborar, também, no acompanhamento e integração dos discentes na comunidade educativa incentivando o respeito pelas regras de convivência, promovendo um bom ambiente educativo e contribuindo, em articulação com o pessoal docente, os pais ou encarregados de educação, para prevenir problemas comportamentais e de aprendizagem.
7. **Alunos** – Colaboram no estabelecimento duma visão estratégica comum, na identificação de necessidades locais a refletir na oferta formativa; na avaliação da oferta formativa, na avaliação das saídas profissionais e do prosseguimento de estudos. Respondem aos diversos

inquéritos aplicados. Pela sua participação e empenho nas atividades de aprendizagem são o principal agente de garantia para que os objetivos e metas sejam atingidos.

8. **Encarregados de Educação** – Acompanham ativamente a vida escolar dos seus educandos, zelando pelo cumprimento dos seus deveres, em especial quanto à assiduidade, pontualidade e disciplina. Quando solicitados pelos docentes ou outros responsáveis da escola, colaboram no processo de ensino e aprendizagem dos discentes.
9. **Empregadores** – Assumem particular relevância no diagnóstico das necessidades de formação e em proporcionar formação tecnológica e prática em contexto real. O desenvolvimento de competências dos discentes para o exercício de uma profissão implica que a escola esteja articulada com as entidades empregadoras. Através da sua representação no Conselho Consultivo e do preenchimento de questionários, os empregadores avaliam as metas e fazem propostas de revisão e melhoria.

8. Stakeholders relevantes para a instituição

Por definição, um *stakeholder* é uma parte interessada, uma pessoa ou grupo de pessoas, que têm uma participação no sucesso ou no desempenho de uma organização. As partes interessadas podem ser diretamente afetadas pela organização ou ativamente preocupados com o seu desempenho. Podem vir de dentro ou de fora da organização. Para a implementação de um processo de melhoria contínua, fundamental à garantia da qualidade do ensino que ministra, a EPT corrobora que o mesmo não se pode dissociar do envolvimento permanente dos seus *stakeholders* internos e externos em torno do alcance dos objetivos da instituição.

Nesse sentido, a EPT considera relevantes para a qualidade da oferta de educação e formação profissional os seguintes *stakeholders*:

8.1 Internos e externos

Stakeholders (SH)		O que espera o SH da Organização?	O que espera a Organização do SH?
Internos	Direção e Diretor Pedagógico	<ul style="list-style-type: none"> Alinhamento de todos os colaboradores para o cumprimento dos objetivos da escola. 	<ul style="list-style-type: none"> Liderança; Empenho e competência.
	Colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> Oportunidade de melhoria das competências profissionais; Oportunidade de progressão na carreira; Melhoria das condições de trabalho; Valorização profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> Empenho e dedicação no cumprimento das suas funções em prol dos objetivos da EPT; Criatividade e autonomia; Alinhamento e espírito de equipa para o cumprimento da missão.
	Alunos	<ul style="list-style-type: none"> Serviços educativos de qualidade; Apoio no processo educativo e acompanhamento no desenvolvimento pessoal; Desenvolvimento de estratégias pedagógicas adaptadas aos perfis dos alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento das normas de funcionamento da EPT; Adesão aos cursos; Empenho e participação ativa nas atividades letivas e não-letivas.
Externos	Pais e Encarregados de Educação	<ul style="list-style-type: none"> Sucesso educativo do seu educando; Apoio no processo educativo do seu educando. 	<ul style="list-style-type: none"> Participação e cooperação no processo educativo do aluno; Acompanhamento do aluno.
	Entidades de Acolhimento da FCT	<ul style="list-style-type: none"> Integração dos formandos no desenvolvimento dos seus projetos; Promoção de segurança e bem-estar dos alunos durante o processo formativo. 	<ul style="list-style-type: none"> Ganho de qualificações dos seus alunos; Orientação adequada para as boas práticas.

	Empregadores	<ul style="list-style-type: none"> Adequação dos perfis dos profissionais às necessidades da organização. 	<ul style="list-style-type: none"> Valorização do profissional qualificado e promoção de um processo constante de evolução.
	Parceiros Sociais	<ul style="list-style-type: none"> Formação de cidadãos e profissionais que possam contribuir para o desenvolvimento económico e progresso social e cultural da sociedade. 	<ul style="list-style-type: none"> Cooperação formal e informal em todos os momentos do processo formativo, assim como na transição dos alunos da escola para a vida ativa ou outro tipo de formações (como a nível superior).

8.2 Stakeholders Chave

Tipo de stakeholder Chave	Interesse na Oferta de EFP	O que espera o operador da parte do stakeholder	Atitudes / Riscos percecionados	Estratégias para gestão dos stakeholders
Ministério da Educação	<ul style="list-style-type: none"> Entidade reguladora responsável pelas políticas e procedimentos institucionais. 	<ul style="list-style-type: none"> Empenho na implementação da garantia da qualidade e no aumento do sucesso escola. 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de clareza na abordagem. 	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões regulares com representantes das autoridades nacionais e respeito rigoroso pela legislação vigente.
POCH	<ul style="list-style-type: none"> Programa Operacional responsável pelo apoio ao capital humano e promoção do desenvolvimento económico e social. 	<ul style="list-style-type: none"> Empenho na implementação da garantia da qualidade e no aumento do sucesso escolar com reforço da qualificação para a empregabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de clareza na abordagem, não aprovação dos projetos ou ocorrência de cortes de financiamento. 	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões regulares com representantes das autoridades nacionais. Exposições à entidade mediante os meios adequados; Divulgação dos objetivos contratualizados na comunidade escolar.
ANQEP	<ul style="list-style-type: none"> Instituto público sob tutela do estado que tem como responsabilidade a qualificação e o ensino profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> Apoio na coordenação de políticas para a qualidade na educação e formação profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de clareza na abordagem aos diferentes contextos de educação e formação profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> Exposições à entidade; Leitura das recomendações e/ou publicações emanadas pela entidade.
Parceiros Sociais	<ul style="list-style-type: none"> Instituições de reconhecimento nacional e internacional, empresas de 	<ul style="list-style-type: none"> Atitude Pró-ativa no apoio à mudança. 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de clareza na abordagem 	<ul style="list-style-type: none"> Entrevistas / reuniões com representantes.

	destaque no âmbito de cuidados sociais e de saúde.			
Professores / formadores	<ul style="list-style-type: none"> Elementos essenciais no planeamento e execução do processo de formação dos alunos da EPT. 	<ul style="list-style-type: none"> Formação adequada às exigências da organização e alinhamento na implementação da mudança. 	<ul style="list-style-type: none"> Eventual desmotivação ou insatisfação com as condições laborais. 	<ul style="list-style-type: none"> Entrevistas, dinâmicas, formação e inquéritos de satisfação. Cultura de diálogo vertical e horizontal.
Colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> Recursos humanos essenciais na gestão da organização. 	<ul style="list-style-type: none"> Respeito pelas normas de funcionamento da instituição e colaboração com as políticas de gestão para um desenvolvimento que garanta a qualidade do serviço. 	<ul style="list-style-type: none"> Eventual desmotivação ou insatisfação com as condições laborais. 	<ul style="list-style-type: none"> Entrevistas e inquéritos de satisfação. Realização de autoavaliação relativa ao desempenho pessoal. Formação. Reuniões orgânicas / gerais da escola; Estabelecimento de uma cultura de diálogo vertical e horizontal.

Da análise da grelha de *stakeholders* identifica-se um amplo universo de partes interessadas, o que é indicativo da importância do impacto do serviço público de educação prestado pela EPT, quer nos jovens diretamente envolvidos, quer na sociedade civil e noutras instituições, quer nos próprios colaboradores e responsáveis. De facto, é de global importância prestar serviços educativos de excelência, assentes numa formação integral e integrada, na realização pessoal e na preparação para a vida ativa dos seus alunos, qualificando-os para o exercício profissional e para o prosseguimento de estudos, no respeito absoluto pela sua individualidade, contribuindo para o desenvolvimento social, económico e cultural das comunidades nas quais se vão integrar.

9. Metodologia

9.1 Planeamento: objetivos gerais

Os Objetivos de Qualidade (OQ) são as orientações que determinam as metas para definir as estratégias a fim de alcançar os indicadores de sucesso. O Projeto Educativo da EPT definiu sete OQ como as principais ações previstas para tomar as decisões futuras, nas quais assentam as estratégias para atingir os melhores níveis de qualidade educacional com base no quadro EQAVET.

OQ	Objetivos de Qualidade	Descrição	Meta a 3 Anos
OQ1	Conclusão dos cursos	Percentagem de alunos que completam os cursos profissionais em comparação com o total de alunos que ingressam nesses mesmos cursos.	88%
OQ2	Empregabilidade	Percentagem de alunos que completam o curso profissional e que se encontram no mercado de trabalho ou que prosseguiram de estudos.	75%
OQ3	Empregabilidade nas áreas de formação do curso	Percentagem dos alunos que trabalha em profissões diretamente relacionadas com o curso/Área de Educação e Formação que concluíram.	50%
OQ4	Satisfação dos Empregadores	Percentagem de Empregadores que responderam “Satisfeito” e “Muito Satisfeito” no inquérito de satisfação aos alunos diplomados empregados.	85%
OQ5	Satisfação dos Alunos	Percentagem de alunos que classificam a prestação global da EPT “Boa” ou “Muito Boa” nos inquéritos de satisfação realizados.	75%
OQ6	Satisfação dos Encarregados de Educação	Percentagem de encarregados de educação que classificam a prestação global da EPT como “Boa” ou “Muito Boa” nos inquéritos de satisfação.	75%
OQ7	Investimento na formação de professores e formadores	Percentagem de professores e formadores que participam em programas de formação em relação ao nº total de professores e formadores da EPT.	75%

Os Objetivos de Qualidade são suportados por objetivos mais específicos que de uma forma continua ao longo do percurso formativo servem de metas intermédias monitorizadas através de quadros de indicadores que permitirão a correção atempada de desvios identificados. Atente-se no quadro seguinte:

OE	Objetivos de Controlo Intermédio/Específicos	Descrição	Objetivo de Qualidade
OCI.1	Reduzir Abandono Escolar	Percentagem de alunos que abandona a escola antes de terminar o triénio de formação, medido em relação ao total de alunos que iniciaram esses mesmo cursos profissionais.	OQ1 / OQ5 / OQ6
OCI.2	Sessões de Apoio e Integração Mercado Trabalho	Número de sessões de Técnicas de Procura de Emprego.	OQ2 / OQ3 / OQ4 / OQ5 / OQ6
OCI.3	Reduzir a taxa de absentismo	Diferença percentual entre o volume percentual de aulas dadas e o volume percentual das aulas assistidas pelos alunos.	OQ1 / OQ5 / OQ6
OCI.4	Melhorar o sucesso escolar	Percentagem de alunos sem módulos em atraso em relação ao total de alunos inscritos nos cursos profissionais no período em referência.	OQ1 / OQ5 / OQ6
OCI.5	Aumentar a taxa de sucesso na realização e apresentação da PAP	Percentagem de alunos com classificação de PAP igual ou superior à definida como meta média de classificação.	OQ1 / OQ5 / OQ6
OCI.6	Intensificar o relacionamento com os encarregados de educação ao longo do ciclo formativo	Percentagem de encarregados de educação dos alunos que frequentam os cursos e que estão presentes nas reuniões de entrega de avaliações no final de cada período letivo.	OQ1 / OQ6
OCI.7	Intensificar o relacionamento com as empresas e outras instituições empregadoras	Novas parcerias firmadas, que podem tomar a forma de sessões técnicas/aulas.com, de visitas de estudo e variadas formas de interligação com o mercado de trabalho.	OQ2 / OQ3 / OQ5 / OQ6
OCI.8	Satisfação das entidades de FCT	Percentagem da soma dos itens de "Satisfeito" e "Muito Satisfeito" nas respostas obtidas no questionário de desempenho global do formando, constante de um item específico do modelo de avaliação de FCT.	OQ 2/ OQ3 / OQ4 / OQ5 / OQ6
OCI.9	Adequar do perfil do aluno ao perfil do local de estágio, tentando potenciar ao máximo a sua empregabilidade.	Percentagem da soma dos itens de "adequado" e "muito adequado" em relação ao local de realização do estágio em causa.	OQ2 / OQ3 / OQ4 / Q5 / OQ6

OCI.10	Grau de satisfação dos alunos para com a prestação dos docentes	Percentagem de alunos que classificam a prestação dos docentes da EPT como “Boa” ou “Muito Boa” nos inquéritos de satisfação realizados.	OQ1 / Q5 / OQ6
OCI.11	Criar um Plano de Formação adequado às necessidades pedagógicas dos professores e formadores	N.º de sessões do Plano de Formação dedicadas à formação de Professores e Formadores.	OQ7

9.2 As fases do Sistema de Garantia da Qualidade

O desenvolvimento de uma abordagem de garantia de qualidade envolve quatro fases que estão inter-relacionadas e que devem ser abordadas em conjunto, como é possível ver na imagem seguinte:



Figura 2 - Ciclo de Qualidade e os descritores EQAVET

9.2.1 Fase do Planeamento

O planeamento reflete uma visão estratégica partilhada pelos *stakeholders* e inclui os objetivos, metas e ações a desenvolver. Esta fase parte da reflexão sobre “onde estou” e na definição de “onde quero estar” e “quando”. Para concretizar esta autoavaliação, é necessário utilizar determinados descritores indicativos para decidir a eficácia da sua prática atual e identificar estratégias futuras. Os descritores podem ajudar os prestadores de EFP a considerar a sua abordagem para a garantia de qualidade e medir o progresso que foi feito.

Nesse sentido, o SGQ inclui vários momentos de auscultação dos stakeholders por forma a envolvê-los no processo, tornando-o representativo. Nesta primeira fase do ciclo PDCA evidenciam-se as

ações, abaixo indicadas, levadas a cabo pela equipa EQAVET com a colaboração de professores, diretores de curso e de turma:

- Criação na plataforma Canvas da EPT da disciplina “EQAVET” para disponibilização da documentação criada neste âmbito;
- Criação na plataforma Canvas de um fórum para sugestões aberto a todos os professores da EPT;
- Criação de questionários:
 - de satisfação com a FCT [aluno e entidade de acolhimento];
 - de satisfação com a formação [aluno, professor e encarregado de educação];
 - de satisfação da entidade empregadora;
 - pós-conclusão da formação;
- Criação de modelos estatísticos de tratamento da informação:
 - dos resultados dos indicadores EQAVET;
 - de questionários;
- Criação de documentos para monitorização:
 - do aproveitamento;
 - do comportamento dos alunos;
 - presenças nos apoios para recuperação de aprendizagens;
 - conclusão e pós-conclusão dos cursos;
- Criação do Documento Base;
- Criação do Plano de Ação;
- Criação do manual de procedimentos;
- Reuniões com diretores de turma e de curso;
- Planificação de reuniões de diretores de turma, conselhos de turma e de encarregados de educação de motivação para a implementação do Quadro EQAVET;
- Celebração de protocolos de colaboração no âmbito da implementação do Quadro EQAVET com diferentes entidades.

Os objetivos e as metas são definidos e monitorizados através da consulta permanente das partes interessadas, da explicitação clara das responsabilidades na gestão e no desenvolvimento da qualidade e ainda no envolvimento precoce de todos os *stakeholders* internos e externos em todo o processo de implementação do sistema de garantia de qualidade.

9.2.2 Fase de Implementação

A fase de implementação tem como ponto de partida uma estratégia de comunicação dos objetivos e metas definidos a todos os intervenientes. Só desta forma é possível alinhar internamente todos os recursos humanos e financeiros, com vista a alcançar as metas estabelecidas pela instituição. A eficácia do envolvimento dos stakeholders internos, com realce para os docentes e formadores, depende não só da sua sensibilização para os reconhecidos benefícios da organização e implementação do processo de certificação da qualidade, como também da clarificação da relevância do papel de cada um nesse processo. Assume-se, por isso, a importância da formação, quer inicial, quer regular dos recursos humanos da organização. Em simultâneo, deve desenvolver-se uma cooperação contínua com os stakeholders externos, no sentido de apoiar e reforçar a capacidade de melhoria contínua da qualidade da oferta formativa existente na organização, assente em parcerias relevantes que apoiem as ações planeadas. Nesta fase é definido um plano de ação, que decorre do documento base, e que deve contemplar os objetivos, as metas, as atividades a desenvolver e a respetiva calendarização, as pessoas a envolver e respetivos papéis e responsabilidades, os recursos a afetar, os resultados esperados e as estratégias de comunicação/divulgação, necessários à implementação do sistema de garantia da qualidade.

Numa fase posterior, torna-se imperativo desenvolver ações de capacitação setoriais para todos os atores envolvidos no processo formativo, de forma a alinhar a atuação destes de acordo com planeado. Naturalmente, na fase de implementação poderão surgir necessidades pontuais de ajustamentos processuais, de forma a potenciar as metas a alcançar com o sistema. Em termos internos, tais ações de capacitação serão coordenadas pelos órgãos da escola no âmbito das plataformas já existentes. Em termos externos, a escola procurará capacitar os seus parceiros mediante o planeamento e realização de ações direcionadas que se vierem a mostrar as mais adequadas e profícuas. Nesta etapa, para além da Direção e da equipa responsável pela implementação do Sistema de Garantia de Qualidade, ganha especial relevância a ação dos diretores de cada um dos cursos técnicos profissionais nível IV, que, na prática, são quem estabelece os canais de comunicação e cooperação entre os agentes de formação internos e externos à escola, permitindo um diálogo contínuo e focalizado que resultará numa melhoria contínua dos padrões de qualidade de todas as ações inerentes ao processo de ensino e formação profissional.

Em relação ao que já vinha sendo feito, este sistema de garantia da qualidade assegura uma maior clareza em todo o processo e um controlo mais preciso e apurado dos resultados e diversas metas inscritas no documento base e no plano de ação. Apenas se entende que, sendo agora necessário um apuramento dos resultados com uma periodicidade mais regular e o tratamento estatístico de variáveis que não eram consideradas (ex. grau de satisfação dos empregadores dos alunos

diplomados), que é necessário um apoio extraordinário à Direção Pedagógica da EPT, que já foi assegurado pela Equipa da Qualidade, na qual tem parte o Diretor Pedagógico da EPT;

O Plano Anual de Atividades da EPT foi elaborado em função do projeto educativo, sendo uma importante ferramenta para reforçar o compromisso da escola com o alinhamento do sistema de garantia de qualidade e com a melhoria contínua de educação e formação profissional. Através do desenvolvimento das atividades previstas, pretende-se motivar os alunos para as aprendizagens, elevando os seus níveis de interesse e assiduidade, recorrendo à sua participação, criatividade, autonomia e responsabilidade, que serão de suma importância para cumprir as metas estabelecidas pelos indicadores EQAVET.

No que respeita ao princípio da visão estratégica e visibilidade dos processos, assim como dos resultados na gestão da EPT, entendemos: que os recursos humanos e materiais/financeiros são dimensionados e afetados de forma a alcançar os objetivos traçados no plano de ação dos vários indicadores. O plano de ação contempla a intervenção/ação concreta de cada um dos colaboradores da EPT (professores, Diretores de Curso, Diretores de Turma, Orientadores de PAP) no alcance de metas perfeitamente definidas e claramente atribuídas a cada profissional. Numa ótica de melhoria contínua, que está na génese dos sistemas de garantia da qualidade, a Escola deve disponibilizar aos seus docentes/formadores ações de formação que permitam o desenvolvimento das suas competências profissionais. Com o objetivo de alavancar não só a taxa de sucesso nas diversas disciplinas (sobretudo das disciplinas da área sociocultural e científica, onde os resultados têm revelado que os alunos têm mais dificuldade em realizar os módulos com sucesso), mas também a taxa de conclusão dos cursos em geral. Em linha com a implementação do sistema EQAVET e com o objetivo de alcançar as metas definidas, foram definidas algumas orientações pedagógicas, nomeadamente: a utilização crescente da pedagogia de projeto multidisciplinar na avaliação integrada dos módulos das diversas disciplinas e a diversificação de metodologias e ferramentas que promovam o sucesso do processo de ensino aprendizagem.

A maior parte das parcerias é estabelecida com empresas e instituições que dão lugar a estágios que são parte integrante dos programas curriculares, a serem realizados nos 2º e 3º anos. Para além do pontual protocolo de estágio, a escola tem celebrado protocolos de colaboração com essas mesmas entidades de acolhimento de Formação em Contexto de Trabalho, o que alarga a relação para âmbitos mais diversificados, de forma duradoura, podendo alavancar a empregabilidade dos diplomados e manter um diálogo institucional constante na melhoria da oferta formativa. Por outro lado, representantes de empresas e instituições integram regularmente o júri das Provas de Aptidão Profissional, cujas apresentações e defesas ocorrem no final do 3º ano, o que demonstra manifestação

da preocupação que a escola tem com o envolvimento dos stakeholders externos, nomeadamente as empresas e empresários.

Outro exemplo dessa preocupação, e tendo em conta que a proveniência dos alunos da EPT é de cerca de 30 concelhos diferentes do país são as habituais reuniões de entrega de notas nas diversas localidades do concelho de Trancoso e outros concelhos e distritos limítrofes. Nessas reuniões, a direção pedagógica e os professores vão ao encontro dos encarregados de educação, como forma de facilitar o seu envolvimento direto no processo de ensino-aprendizagem dos seus educandos. Estas reuniões, propiciadoras de condições favoráveis ao envolvimento das famílias no processo educativo, também são realizadas em espaços cedidos por parceiros institucionais, como Associações Culturais, Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, que se preocupam em participar na resolução de problemas que possam surgir.

A escola promove parcerias com vários stakeholders externos que sustentam atividades regulares e respondem a questões emergentes da gestão da oferta formativa, por forma a consolidar um intercâmbio de recursos humanos, materiais e científicos, conhecimentos e experiências, para a concretização de ações, nomeadamente as Provas de Aptidão Profissional.

Quanto ao princípio da melhoria contínua da educação e formação profissional, utilizando os indicadores selecionados, procedemos à recolha dos dados necessários para o estudo de taxas como a da conclusão do curso, desistências, módulos em atraso, colocação de diplomados no mercado de trabalho e em prosseguimento de estudos, grau de satisfação dos alunos, dos encarregados de educação, dos colaboradores e dos empregadores.

Alicerçando a recolha e tratamento de dados em instrumentos diversos, como inquéritos aos empregadores, aos alunos, atas dos Conselhos de Turma, entre outros, sempre que, pela análise dos resultados obtidos, se verifique o não cumprimento da meta predefinida ou se observe um desvio no caminho para o seu alcance, deve ser elaborado um Plano de Melhoria que reflita o resultado da autoavaliação efetuada, o diagnóstico das causas que impediram o alcance da meta e proponha a ação para que a meta seja efetivamente atingida.

9.2.3 Fase da Avaliação

A avaliação de resultados e processos, possível através da definição clara de metas, objetivos e da atribuição de responsabilidades pela operacionalização, monitorização e avaliação, deve ser contínua e realizada dentro dos timings definidos no plano de ação, no sentido de, a partir da análise dos dados recolhidos, identificar as melhorias necessárias e acionar os mecanismos para as concretizar. Nesta fase, pretende-se proceder a inquéritos de satisfação, não só aos alunos, mas também aos encarregados de educação, entidades parceiras e entidades empregadoras de antigos

alunos. Pela conjugação da recolha e análise dos dados efetuada, tendo por base os níveis de satisfação, as sugestões e/ou opiniões apresentados, é possível caminhar para uma melhoria efetiva dos resultados e dos processos definidos. A avaliação – enquanto processo de análise que permite melhorias contínuas –, mais do que um processo, terá de representar uma forma de trabalho cuja extrema utilidade será assumida por todos os agentes do processo de educação e formação.

Os mecanismos de alerta, que ganham particular relevância neste processo precoce são instrumentos avaliativos que nos permitem antecipar desvios aos objetivos e metas traçados pela escola. Permitem também que seja feita uma avaliação frequente de metas intermédias relativamente a módulos em atraso, desistências, presenças dos encarregados de educação nas reuniões de entrega das avaliações em cada período letivo, número de atividades/visitas de estudo previstas e efetivamente realizadas.

Como exemplo de mecanismos instituídos, destaca-se: a recolha de informação acerca do número de módulos em atraso, efetuada nas reuniões de avaliação de final de período letivo. Ao aluno que revelar dificuldades constantes de aprendizagem são implementadas medidas de suporte à mesma e à sua inclusão, mediante parecer da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva, que coordenará, em conjunto com os docentes da turma, a operacionalização da estratégia pensada para cada caso, ou seja, para cada aluno, por forma a aumentar a motivação, evitar uma possível desistência e melhorar o aproveitamento escolar.

Destaca-se também o procedimento de controlo de assiduidade, através do qual, diariamente, é feita uma verificação de presenças, contactando telefonicamente o encarregado de educação caso o educando esteja ausente.

O envolvimento dos stakeholders na avaliação e discussão dos resultados alcançados faz-se institucionalmente, com a sua participação nos diversos órgãos em que se inserem. Por um lado, o Conselho Pedagógico, em conjunto com a Equipa da Qualidade, analisa e avalia os resultados alcançados para apuramento das metas, relativamente ao ciclo de formação e ao ano letivo, procedendo também à proposta de melhorias, nos casos em que se assinalam possíveis desvios às metas estabelecidas inicialmente. O mesmo sucede em reuniões de trabalho com o pessoal docente e colaboradores da escola. Em sede de Conselho Consultivo, os stakeholders internos e externos discutem os resultados apurados, sendo que dessa avaliação emerge a sugestão para a revisão de práticas que conduzam à melhoria. No final de cada ano letivo, é feita uma avaliação global não só dos resultados de cada meta intermédia, mas também das metas globais. Também nesta fase deverão ser elaborados tantos Planos de Melhoria quantos os desfasamentos entre os resultados alcançados e as metas previstas nos documentos EQAVET da EPT.

Todos os procedimentos deverão, pois, ser alvo de um processo de avaliação bem definido que permita detetar falhas e lançar bases para conceber novas práticas capazes de garantir uma melhoria paulatina mas consistente e de acordo com os princípios do EQAVET.

9.2.4 Fase da Revisão

Nesta fase pretende-se, partindo dos resultados da avaliação, elaborar planos de ação adequados à revisão das práticas existentes e colmatar as falhas identificadas, no sentido de uma melhoria contínua. Nesta fase, devem os alunos ser envolvidos, através da recolha de impressões sobre as suas experiências individuais de aprendizagem e o ambiente de aprendizagem e ensino que encontraram na Escola. Também os docentes terão uma voz importante nesta fase, no sentido de partilharem a sua opinião sobre a forma como decorreu o processo de ensino/aprendizagem, sobre os resultados da avaliação obtidos e publicitados e também possibilitando a recolha de sugestões para ações futuras. Estes procedimentos de recolha de feedback e de revisão devem fazer parte de um processo estratégico de aprendizagem da organização que a guie numa melhoria contínua da formação aí ministrada.

10. Análise de resultados e plano de melhorias

A implementação deste projeto implica a sua articulação estreita com o Plano Anual de Atividades, cabendo ao Conselho Pedagógico o acompanhamento e avaliação do Projeto Educativo, devendo ser previstos momentos de avaliação intermédia e final.

Para avaliar o grau de consecução será constituída uma equipa de trabalho para o efeito. Todos os indicadores referenciados são quantificáveis e, por isso, a monitorização e avaliação começa sempre pela recolha de dados e medição dos mesmos. Competirá ao Diretor Pedagógico, em estreita colaboração com a equipa do grupo de Gestão da Qualidade, proceder à recolha periódica dos dados relativos às metas e aos objetivos definidos e aferir do seu enquadramento, percebendo se se situam dentro do previsto para aquele ano letivo ou se ficam aquém do definido.

Atendendo ao diagnóstico, devem os responsáveis pelo alcance das metas/concretização dos objetivos, identificar os motivos que estiveram na base dos resultados e refletir, conjuntamente com o Diretor Pedagógico, no sentido de se definirem novas estratégias, mecanismos de operacionalização e calendários que deverão constar de um Plano de Melhoria a implementar com o fito de corrigir os desvios identificados.

A recolha dos dados é feita com o recurso a várias fontes:

1. informação registada no programa de gestão de alunos DBGEP, como as avaliações, os módulos em atraso ou as faltas;
2. resultados dos inquéritos de satisfação aplicados aos alunos (1º e 2º período letivo) e aos encarregados de educação (final do ano letivo);
3. avaliações dos alunos em diversos parâmetros/competências no que respeita à realização da formação em contexto de trabalho;
4. inquéritos de satisfação aplicados aos empregadores dos alunos diplomados;
5. inquéritos aplicados anualmente aos alunos diplomados das turmas dos quatro últimos triénios de formação.

O Plano de Ação do triénio a que respeita este Projeto Educativo, que se encontra em anexo a este documento, define a periodicidade com que se deve proceder à referida recolha de dados, variando com a especificidade da sua tipologia.

É de realçar a importância dos mecanismos de alerta precoce que estão previstos no Plano de Ação (metas intermédias, trimestrais e/ou anuais), no sentido de se corrigirem os desvios apurados e garantir a implementação efetiva do processo de garantia da qualidade, que prevê a melhoria contínua.

Anualmente é produzido um Relatório de Progresso, da responsabilidade do Diretor Pedagógico e a validar pelo Conselho Pedagógico, que procurará envolver numa primeira fase os responsáveis pelo alcance das metas e, numa fase posterior, mais colaborativa e participada, os diversos elementos da comunidade educativa, no sentido de se elaborar um Plano de Melhoria que contemple novas estratégias e ações para cumprir os desígnios propostos, a implementar no ano letivo seguinte.

O Relatório de Progresso Anual deverá medir não só a execução do Plano de Ação previsto para esse ano letivo, como também o grau de eficácia do Plano de Melhoria. Sendo necessário, dever-se-á reajustar esse Plano de Melhoria ou então produzir outro de raiz, conforme as alterações que se afigurem essenciais sejam menos ou mais profundas.

No final do ano letivo seguinte, dever-se-á realizar uma Revisão do Plano de Melhoria, isto é, verificar qual o impacto das estratégias e ações aí definidas na orientação dos resultados em direção aos objetivos e metas pretendidos.

A avaliação da execução das metas e do alcance dos objetivos propostos, assim como a revisão do impacto do Plano de Melhoria delineado são procedimentos indispensáveis e incontornáveis face às dinâmicas atuais e às exigências do sistema de certificação da qualidade.

A avaliação do Projeto Educativo está, pois, subjacente à sua própria conceptualização e operacionalização, uma vez que o ponto de partida foi a reflexão sobre os resultados conseguidos através da execução do Projeto Educativo anterior, traduzidos pelo processo de avaliação interna e externa, que levaram à definição dos objetivos e das metas, bem como ao reajustamento da estratégia e dos recursos/meios para a sua consecução.

No final do triénio 2020-2023 far-se-á uma avaliação final e abrangente de todo o projeto educativo e, à semelhança do processo que esteve na origem do presente projeto, serão auscultados novamente todos os intervenientes na comunidade educativa e as conclusões apuradas serão a base que sustentará o projeto educativo subsequente.

11. Estratégia de comunicação

O Projeto Educativo deverá ser divulgado por toda a comunidade escolar, nomeadamente no início de cada ano letivo, devendo ser publicado na página da Internet da EPT.

Em resultado da avaliação e/ou revisão do Projeto Educativo serão criados três tipos de documentos:

1. Relatórios intercalares, elaborado pelo Diretor Pedagógico no final de cada período letivo, onde constam os resultados mensuráveis nessas alturas do ano, analisando se os mesmos estão ou não alinhados com as metas definidas. Em função destes, poderá ser elaborado um Plano de Melhoria para vigorar a partir daí com vista à correção dos desvios identificados, ou poderá ser ajustado o Plano de Melhoria já existente.
2. Relatório Final Global do Projeto Educativo da Escola, elaborado por uma equipa liderada pelo Diretor Pedagógico, onde serão contemplados, entre outros pontos, os objetivos/metast alcançados, os desvios observados, os planos de melhoria introduzidos, os constrangimentos verificados e a análise acerca das melhorias concretas verificadas, assumidamente decorrentes da implementação do Projeto Educativo em questão. Depois de validado pelo Conselho Pedagógico, o mesmo será submetido à apreciação da Direção da EPT para análise.
3. A divulgação destes documentos será feita da seguinte forma:
 - 3.1. Divulgação interna através da publicação dos documentos nas plataformas digitais em uso na Escola, ficando acessíveis a alunos, docentes e funcionários; pela sua análise em sede de Reunião Geral, de forma a melhor poder preparar-se o ano letivo seguinte.
 - 3.2. Será também utilizado o email como forma de divulgação dos resultados junto dos elementos das equipas pedagógicas a quem foram atribuídas responsabilidades concretas no alcance de metas, de forma a que cada um possa verificar se a sua prática está a ter resultados consonantes com os objetivos e metas definidos.
 - 3.3. Divulgação externa, através da sua publicação no site da EPT, da sua apresentação na reunião do Conselho Consultivo imediatamente a seguir à data de apresentação dos documentos referidos, de forma a obter sugestões de ações e/ou processos que permitam a melhoria contínua dos resultados obtidos.

12. Conclusão

A ação de qualquer instituição de ensino – no complexo contexto social dos nossos tempos –, terá de contemplar, inevitavelmente, variáveis igualmente complexas e que tenham em linha de conta aquilo que são os desígnios últimos para as quais foram criadas: o desenvolvimento individual de cada pessoa que usufrui dos serviços de educação e formação e a satisfação de necessidades coletivas inerentes às diferentes sociedades e comunidades.

Por essa razão, nenhuma escola poderá fechar-se sobre si mesma e exercer um magistério de mero veículo de saberes que, fruto da proliferação dos meios tecnológicos e de comunicação, estão cada vez mais acessíveis. Espera-se da escola uma ação integrada, que coordene a missão de transmissão de saberes científicos e rigorosos com a investigação, o gosto pela descoberta e a aquisição e aperfeiçoamento de competências sem as quais nenhuma pessoa pode realizar-se em plenitude. Uma ação que alie o conhecimento à ética e à cidadania, imprescindíveis à sustentação de sociedades de progresso técnico e humano, de liberdade e de democracia, de sociedades cada vez mais globais e sem barreiras físicas.

Nessa missão, torna-se imprescindível uma atitude constante de diálogo entre as instituições de ensino e formação e toda a sociedade civil, que nesta conjuntura é chamada a tomar parte da ação educadora do seu povo, particularmente daqueles que hão de constituir a sociedade futura idealizada.

Em consequência, assumimos a importância extrema que um Projeto Educativo representa enquanto mecanismo que define e orienta políticas e práticas de uma determinada instituição, conferindo-lhe identidade e servindo de bússola a todos os que nela desempenham, profissionalmente, as suas funções com o fito de garantir qualidade de processos e fiabilidade de resultados.

Não sendo perfeito, acreditamos que o Projeto Educativo da Escola Profissional de Trancoso consubstancia a essência da instituição e abre caminho a mais uma etapa importante deste caminho de mais de 30 anos em prol da qualificação das pessoas.

13. Disposições gerais

O projeto educativo foi elaborado com base na legislação em vigor, sendo aprovado pela Direção da Associação Promotora do Ensino Profissional da Beira Transmontana – Escola Profissional de Trancoso, para um horizonte temporal de 3 anos (2020 a 2023) e aberto à sua reformulação e revisão, sempre que seja necessário. Será divulgado para todos os agentes da comunidade escolar.

Responsáveis pela elaboração: Diretor Pedagógico / Grupo da Qualidade

Parecer favorável do Conselho Pedagógico em reunião de 03 de julho de 2020

Aprovado em reunião de Direção de 17 de julho de 2020

